

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO SUL NA DÉCADA DE 70

Olíndina Vianna Mesquita *
Solange Tietzmann Silva *

SUMÁRIO

- 1 — Aspectos da reorganização agrária regional
- 2 — Diferenciação espacial de elementos de transformação da agricultura
- 3 — Formas de crescimento da agricultura
- 4 — Anexo

1 — ASPECTOS DA REORGANIZAÇÃO AGRÁRIA REGIONAL

A Região Sul que se vinha caracterizando, até o final da década de 60, pela sua condição de produtora de alimentos para o mercado interno, teve alterada, ao longo da década de 70, a sua posição na divisão espacial do trabalho, uma vez que nela se processou grande expansão da lavoura comercial da soja, no âmbito dos estímulos oficiais à produção para exportação. Com efeito, as medidas de política agrícola, inseridas num contexto mais amplo do processo de acumulação de capital, ditado por interesses nacionais e transnacionais, influenciaram, de forma decisiva, na agricultura regional que, em alguns anos, teve modificado o seu patamar técnico-produtivo.

Assim, um dos fatos marcantes da evolução da agricultura do Sul do País, nos anos 70, foi representado pela expansão da lavoura temporária associada, sobretudo, ao incentivo à cultura da soja. De 1970 a 1980, a lavoura temporária teve sua área acrescida de 3.859.761 hecta-

* Analistas Especializados em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. As autoras agradecem a Edna Oliveira Barreto e Elcy Teixeira de Assis e Silva pela colaboração dada a este trabalho.

res, o que significou uma variação relativa de 40,8% (ver Chamada 1). Uma medida do extraordinário crescimento da área em lavoura temporária na Região Sul é fornecida pelo fato de nela se terem concentrado 30,4% do aumento absoluto da área em cultivos temporários no País². O crescimento da superfície em lavouras temporárias no Sul reforçou a expressão agrícola das atividades primárias da Região, tendo elevado de 24,2 a 30,2%, no decênio, a proporção das lavouras na área dos estabelecimentos³. Por outro lado, a importância da atividade agrícola na organização espacial e no contexto econômico regional fica indicada quando se verifica que a Região Sul detinha, em 1980, 34,5% da área total de lavouras temporárias do País.

A expressão das lavouras temporárias diferencia-se, entretanto, segundo os estratos fundiários, uma vez que nos estabelecimentos basicamente caracterizados pelo trabalho familiar — os de menos de 100 hectares — é que se concentravam, em 1980, 63,5% da área em cultivos temporários⁴. A concentração desses cultivos se dá, em especial, na classe dimensional de 20 a 50 hectares que detinha, em 1980, 24,7% da superfície em lavouras temporárias. Importa observar que a passagem de uma economia policultora a uma base produtiva assentada na produção da soja englobou, também, as classes de pequenos estabelecimentos, sobretudo os de 20 a 50 hectares. Dessa forma, quer mantendo a estrutura tradicional de produção, quer se integrando à nova organização produtiva, os pequenos estabelecimentos de caráter colonial continuaram a deter posição hegemônica quanto à atividade agrícola, embora se tenha verificado, de 1975 a 1980, uma fraca redução da participação relativa das classes de pequenos estabelecimentos em favor dos estabelecimentos de maior tamanho, no que se refere à superfície em lavouras temporárias.

Tratando-se de uma das regiões que, já em 1970, apresentava o mais alto grau de ocupação no País, com 80,9% de seu território com estabelecimentos rurais, a expansão da lavoura durante a década de 70 se fez, em grande parte, à custa da intensificação do nível de aproveitamento do solo e da substituição de usos da terra. Contudo, registrou-se, ainda nesse decênio, a incorporação de 2.726.952 hectares à superfície dos estabelecimentos que, embora muito significativa no contexto regional, era incapaz de assegurar a magnitude já mencionada da expansão das lavouras temporárias registrada no período. O cres-

1 Ilustra bem o papel da soja na evolução da lavoura na Região Sul o fato de, somente no período 1970-75, ter ocorrido, conforme os dados censitários, um aumento de 2.998.807 hectares na área cultivada com essa leguminosa. Vale ressaltar que a soja, como elemento de transformação da estrutura produtiva nacional, centrou-se especialmente no Sul que, em 1975, detinha 89,7% da área cultivada com soja no País.

2 De magnitude semelhante foi o crescimento da área de lavouras temporárias no Centro-Oeste, única Região a ultrapassar o Sul quanto ao aumento absoluto da superfície em lavouras temporárias, concentrando 30,7% do crescimento registrado, no País, na década de 70.

3 A condição agrícola do Sul do País é essencialmente centrada nos cultivos temporários que, em 1980, passaram a ocupar 27,7% da área dos estabelecimentos, percentagem essa que, em 1970, era de 20,8%.

4 Essa concentração não é homogênea nas diferentes Unidades Federadas (UF's) da Região, sendo de 82,4% em Santa Catarina, 65,6% no Paraná e de 56,8% no Rio Grande do Sul, deixando indicado que, é nos dois últimos Estados e, em especial no Rio Grande do Sul, que a atividade agrícola mostra tendências mais nitidamente empresariais, já que os cultivos temporários, em 1980, chegavam a ocupar, nesse Estado, proporção significativa da área total desses cultivos, mesmo em estabelecimentos de 1.000 a 10.000 hectares, que detinham, nesse ano, 9,9% da superfície em lavouras temporárias.

cimento da área dos estabelecimentos, pelas condições históricas de ocupação regional e pelas circunstâncias favoráveis à expansão do cultivo da soja, concentrou-se no Estado do Paraná, onde esse crescimento representou 72,9% do aumento verificado na Região. Com a expansão horizontal ocorrida, o Sul do País manteve a posição de Região de mais elevado grau de ocupação de seu território com estabelecimentos rurais: 85,7%, em 1980.

O processo de expansão das lavouras temporárias ocorreu num contexto de intensificação acentuada do processo produtivo, com a difusão acelerada da mecanização, elemento importante da agricultura moderna que marcou os anos 70. A Região Sul, que já possuía, em 1970, o maior número de tratores, comparativamente às demais Regiões, apresentou, no decorrer da década, um crescimento muito expressivo do emprego de máquinas nas atividades agrárias, tendo concentrado 45,4% do aumento absoluto do número de tratores no País, no período de 1970-80. Com isto, conservou, em 1980, a posição de Região mais concentradora de tratores, com 43,4% do total nacional.

A velocidade com que se processou a difusão da mecanização evidenciou-se através das alterações verificadas na relação entre o número de estabelecimentos e o de tratores, no decorrer da década de 70. Assim, enquanto, em 1970, um trator servia a 19 estabelecimentos, no decorrer da década essa relação foi sensivelmente modificada, passando a ser de um para cinco, em 1980 (ver Chamada 5).

No que se refere à área média servida por trator, cabe à Região Sul, desde 1960, a primeira posição no País, tendo sido, ao longo da década de 70, especialmente modificada a relação entre a área dos estabelecimentos e o número de tratores. Com efeito, enquanto, em 1970, um trator servia a 703,6 hectares, em 1980, um trator era disponível para 209,2 hectares⁶. A nível de Unidade Federada (UF), a primeira posição, na Região, cabe ao Rio Grande do Sul, só ultrapassado, no País, pelo Estado de São Paulo. Importa ressaltar que, em 1980, os três Estados do Sul apresentaram índices pouco diferenciados, embora, em 1970, fosse bem acentuada a distância entre o Rio Grande do Sul, num estágio mais avançado do processo de modernização e os outros dois Estados, onde foi muito intenso o ritmo de incorporação de máquinas ao processo produtivo, no decênio.

Essa incorporação de máquinas se fez, contudo, de forma desigual, segundo os estratos fundiários, uma vez que a mecanização acompanhou a expansão das lavouras temporárias. Isto se evidencia, na medida que, à semelhança do que ocorreu com a área de lavouras temporárias, o número de tratores concentrou-se, também, nas classes de estabelecimentos com área inferior a 100 hectares que, em 1980, detinham 63,8% do número de tratores da Região Sul⁷. Da mesma forma que com relação às lavouras temporárias, nesse intervalo dimensional, foi, ainda, a

5 Cabe observar que esses dados se distanciam consideravelmente da média nacional que, no início da década, era de um trator para 30 estabelecimentos e que, ao final, era de um para dez.

6 Esses índices afastam-se, de modo acentuado, da média nacional que, em 1970, era de um trator para 1.773,3 hectares e, em 1980, de um trator para 696,4 hectares.

7 Dos três Estados do Sul, é Santa Catarina que se afasta da média regional, concentrando nos estabelecimentos de menos de 100 hectares, 80,5% do número de tratores, enquanto no Paraná e no Rio Grande do Sul, onde os grandes empreendimentos agrícolas são mais relevantes, a concentração nas unidades produtivas de área inferior a 100 hectares, fica próxima à média regional com, respectivamente, 61,8 e 60,7% do número total de tratores.

categoria de unidades produtivas de 20 a 50 hectares que apresentou a proporção mais elevada de tratores: 29,7%. Outro aspecto significativo é o ganho de posição relativa dos estabelecimentos de menos de 100 hectares, em detrimento, sobretudo, dos de 100 a 1.000 hectares, associado à expansão do cultivo modernizado da soja na década de 70, estimulada pelo crédito subsidiado, que facultou o acesso à mecanização de um segmento bastante expressivo de pequenos produtores. Uma medida da rapidez com que se processou a difusão de tratores nos estabelecimentos de menos de 100 hectares é dada pela redução de 13 para sete do número de estabelecimentos dessa categoria dimensional servidos por um trator, entre os anos de 1975 e 1980.

Ao mesmo tempo em que se reorganizava a atividade econômica regional, com as alterações registradas no nível técnico-produtivo da agricultura, processaram-se mudanças na estrutura fundiária, entre as quais a redução no número de estabelecimentos. Com efeito, no período de 1970-80, verificou-se um decréscimo de 127.431 estabelecimentos, concentrado, particularmente, no primeiro quinquênio desse período. Vale, contudo, lembrar que tal decréscimo encontra-se estreitamente vinculado à alteração do conceito censitário de estabelecimento, verificada entre 1970 e 1975 (ver Chamada 8).

No período de 1975-80, em que foi mantido o conceito censitário de estabelecimento, a persistência do decréscimo do número de estabelecimentos leva a supor que, efetivamente, esteja se verificando mudança na situação fundiária, pela incorporação de pequenas unidades produtivas a estabelecimentos de maiores dimensões. Tal mudança associa-se à expansão de cultivos comerciais ligados a um pacote tecnológico incompatível com unidades produtivas muito pequenas e à valorização de terras que acompanhou o processo de modernização efetuado ao longo da década de 70. As reduções no número de estabelecimentos restringiram-se, de fato, às unidades produtivas de menos de 100 hectares e, mais acentuadamente, às de menos de 10 hectares. Acompanhando a diminuição do número de estabelecimentos de menos de 100 hectares ocorreu uma redução, ainda que fraca, da participação dessa classe dimensional no número total de estabelecimentos. De fato, essa classe, que é a de peso mais expressivo na estrutura fundiária regional, representava 95,2% do número de estabelecimentos, em 1970, passando a constituir 93,9%, em 1980.

Indícios de um processo de concentração fundiária em curso na Região são também fornecidos pelo comportamento dos estabelecimentos de área superior a 100 hectares que, além de numericamente terem aumentado a sua participação no quadro fundiário tiveram, também, acrescida a proporção da área que ocupam na superfície dos estabelecimentos, proporção essa que passou de 55,6%, em 1970, a 60,7%, em 1980. O aumento da importância que os estabelecimentos de área superior a 100 hectares vêm apresentando na estrutura fundiária regional foi particularmente registrado no Estado do Paraná, onde eles tiveram sua participação elevada de 47,5 a 58%, na década de 70.

⁸ Uma análise dos efeitos dessa alteração sobre o número de estabelecimentos levantados em 1975 é encontrada no trabalho "Estimativa da variação do número de estabelecimentos recenseados em 1975 devido à modificação no conceito de estabelecimento a partir do Censo Agropecuário de 1970", elaborado na Divisão de Estudos Rurais do Departamento de Geografia, por Jairo Augusto Silva e Kátia de Fátima Dias.

Ao longo da evolução da agricultura regional, no período de 1970-80, o processo de modernização da agricultura e de concentração fundiária teve efeitos diretos sobre o contingente de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. A Região Sul contribuiu, nesse período, com apenas 5,6% do crescimento absoluto do número de pessoas que trabalham na agricultura e, apesar do fraco aumento do número de trabalhadores rurais, essa Região detinha, ainda em 1980, o segundo contingente de mão-de-obra da agricultura no País, com 20,8% do total do pessoal ocupado⁹.

Embora se tenha verificado, na década de 70, um acréscimo de 195.943 pessoas à mão-de-obra utilizada na agricultura, na Região Sul, vale chamar a atenção para um significativo decréscimo de 444.115 pessoas, ocorrido no segundo quinquênio dessa década, o que deixa indicada uma redução na capacidade de absorção da mão-de-obra à medida que se consolidou a modernização do processo produtivo. As tendências de crescimento do contingente de pessoas ocupadas na agricultura, no período de 1970-75, e de decréscimo no quinquênio subsequente, observadas a nível regional, repetem-se em cada uma das UF's da Região Sul, mas são especialmente marcantes no Estado do Paraná, que concentrou 59,8% do decréscimo regional de mão-de-obra empregada na agricultura, no período de 1975-80.

Um outro aspecto significativo da evolução da mão-de-obra no campo, na Região Sul, é o fato de os decréscimos do número de pessoas ocupadas se terem concentrado nos estabelecimentos de menos de 100 hectares¹⁰ e, como se verificou no Paraná, em especial nos de 2 a 20 hectares. É a reorganização técnico-produtiva regional que se associa tal comportamento do contingente de pessoas ocupadas na agricultura, uma vez que o processo de modernização inviabiliza, em grande medida, a permanência desses estabelecimentos, que tiveram seu número reduzido no segundo quinquênio da década de 70, em função da concentração fundiária e da alternativa migratória para pequenos produtores não integrados à nova organização produtiva regional.

Por outro lado, pequenos estabelecimentos que se inseriram no processo de modernização, sobretudo os de 20 a 50 hectares, apresentaram, também, redução no número de pessoas ocupadas, uma vez que os meios modernos de produção possibilitaram a condução do processo produtivo apoiada, basicamente, no trabalho familiar. Contudo, a referida classe dimensional manteve, tanto em 1975, quanto em 1980, 1/4 do total da mão-de-obra ocupada na agricultura.

A reorganização da atividade agropecuária regional, na década de 70, atingiu, também, as formas de exploração dos estabelecimentos rurais, na medida que se acentuou a condição de exploração direta pelo proprietário e se reduziram as formas de exploração indireta, como a parceria e o arrendamento. Com efeito, a condição de produtor proprietário, que caracteriza a maioria das unidades produtoras, aumentou a

⁹ Cabe ao Nordeste a primeira posição com 44,1% do pessoal ocupado na agricultura do País.

¹⁰ Tais decréscimos, além de expressivos em termos absolutos significaram, também, uma perda da posição relativa da classe de estabelecimentos de menos de 100 hectares no total de pessoas ocupadas na agricultura. Com efeito, este segmento dimensional, que é o que concentra maior contingente de mão-de-obra, teve sua participação reduzida de 90,3 a 87,8%, no período 1975-80.

sua participação de 67,7 a 72,3%, no período 1970-80, enquanto os estabelecimentos explorados por arrendatários e parceiros tiveram sua participação reduzida, nesse período, de 9,2 a 7,9%, e de 14,5 a 10,8%, respectivamente.

Na Região Sul, o Paraná, Estado que apresentava, no início da década, a maior expressão das formas de exploração indireta, foi o que mostrou a redução mais acentuada do número de produtores arrendatários e parceiros. Nesta última categoria, em virtude da diminuição da importância da cafeicultura no norte do Estado, foi registrado um forte decréscimo, tendo a condição de parceiro, que representava 22,2% do contingente de produtores, em 1970, passado a constituir 14,5%, em 1980, representando, ainda, contudo, a maior proporção de produtores-parceiros registrada em Estado do Sul. No que se refere à condição de produtores-ocupantes, ela não sofreu grandes alterações, a nível regional, na participação no total de produtores, tendo esta passado de 8,6 a 8,8%, de 1970 a 1980. A nível estadual, entretanto, foi em Santa Catarina que se verificou aumento mais sensível na proporção de ocupantes, possivelmente em função da maior disponibilidade de espaços a serem integrados à atividade agropecuária, uma vez que, a partir de 1975, passou a ser esse Estado o de mais baixo grau de ocupação, no contexto regional.

Um fato importante a ressaltar, no que diz respeito às formas de exploração dos estabelecimentos rurais, é o das formas de exploração indireta, assim como a condição de ocupante estarem particularmente concentradas em pequenos estabelecimentos — de 2 a 50 hectares — e, até mesmo, somente nos de 2 a 10 hectares, como ocorre no Estado do Paraná¹¹. A reorganização da atividade agrária regional comprometeu, de modo muito acentuado, a condição de sobrevivência dos pequenos produtores não proprietários, dada as limitações inerentes a essas categorias para o alcance das condições mínimas essenciais ao acesso aos recursos financeiros necessários ao ingresso dos produtores no processo acelerado de modernização que envolveu a região, na década de 70. Dessa forma, compreende-se que os pequenos produtores não proprietários tenham participado, grandemente, dos fluxos migratórios que se estabeleceram, a partir do Sul, em direção às áreas de fronteira agrícola, no decorrer dos anos 70.

Tendo em conta que as transformações ocorridas na agricultura da Região Sul, na década de 70, envolveram um amplo espectro de características da estrutura produtiva, cabe focalizar articulações entre as mudanças verificadas na produção e nos aspectos técnicos do processo produtivo e verificar as interações do novo sistema técnico-produtivo com as relações sociais de produção, numa escala mais detalhada de análise.

Assim, tomando-se a microrregião como unidade de observação, serão focalizados aspectos relevantes da evolução da agricultura regional, no sentido de verificar a diversidade interna associada às diferen-

11 No Paraná, a classe dimensional de 2 a 10 hectares concentrava, em 1980, 61,7% dos arrendatários, 68% dos parceiros e 61,5% dos ocupantes. Em Santa Catarina, nesse ano, os estabelecimentos de 2 a 50 hectares detinham 89% dos arrendatários, 92% dos parceiros e 84,7% dos ocupantes. No Rio Grande do Sul, igualmente são os pequenos estabelecimentos que se caracterizam por essas formas de exploração: 71,3% de arrendatários, nos estabelecimentos de 2 a 50 hectares e 76,9% de parceiros e 58% de ocupantes, nas unidades produtivas de 2 a 20 hectares.

ciações do impacto da modernização da agricultura no Sul do País, diferenciações essas ligadas tanto às condições preexistentes da estruturação espacial das diferentes áreas, quanto às características gerais que viabilizaram a organização atual da produção, em seu sentido mais amplo.

2 — DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL DE ELEMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA

A expansão das lavouras temporárias e, em especial, a da soja, ao se constituir num dos fatos marcantes da evolução da agricultura na Região Sul, veio reforçar uma tendência, já esboçada em décadas anteriores, de a lavoura ocupar, indiferenciadamente, áreas de vegetação original de mata e de campo, deixando claro que a operação de processos amplos como o da capitalização do campo, ligada a interesses nacionais e transnacionais reorganiza, de forma semelhante, espaços que haviam sido estruturados de modo bastante diferenciado. Assim, as áreas de mais forte variação absoluta da superfície em lavouras temporárias correspondem, em geral, à porção ocidental da Região Sul (Mapa 1). Abrangem, no Paraná, áreas estruturadas em função da expansão cafeeira, como Londrina e Maringá, áreas de campos, como os de Ponta Grossa e Palmas e, áreas organizadas com base na pequena propriedade familiar policultora-suinocultora, como é o caso do oeste e do sudoeste do Estado. Nestas duas últimas áreas, as Microrregiões Extremo Oeste Paranaense (288) e Sudoeste Paranaense (289) responderam por 44,7% do crescimento absoluto da área de lavouras temporárias do Estado do Paraná, sendo que, na primeira delas, foi especialmente intenso tanto o processo de conquista de novas áreas para a produção de grãos, quanto o emprego de meios modernos de produção.

Em Santa Catarina, a grande expansão de lavouras temporárias se restringiu à porção oeste, onde a Microrregião Colonial do Oeste Catarinense (306), estruturada em função da atividade agrícola policultora reforçou, ao longo da década de 70, sua posição de destaque na lavoura do Estado, tendo concentrado 60,9% do aumento absoluto da superfície em lavouras temporárias.

Foram envolvidas no processo de forte ampliação das superfícies em lavouras temporárias, no Rio Grande do Sul, tanto as áreas de pequena propriedade colonial do vale do rio Uruguai, quanto os campos do Planalto Médio, Missões e Campanha. Nas áreas de campos, a lavoura temporária expandiu-se de forma acelerada na década de 70, pois aos estímulos gerais do processo de expansão da produção comercial de grãos, elas acrescentam a sua condição topográfica plana favorável à mecanização agrícola. Assim, o modelo de crescimento da lavoura, no período 1970-80, ajustou-se, de modo visível, às áreas de campo, tendo as Microrregiões Campanha (321), Triticulora de Cruz Alta (322) e Colonial das Missões (323) contribuído com 44,8% do crescimento absoluto da área de lavouras temporárias no Estado.

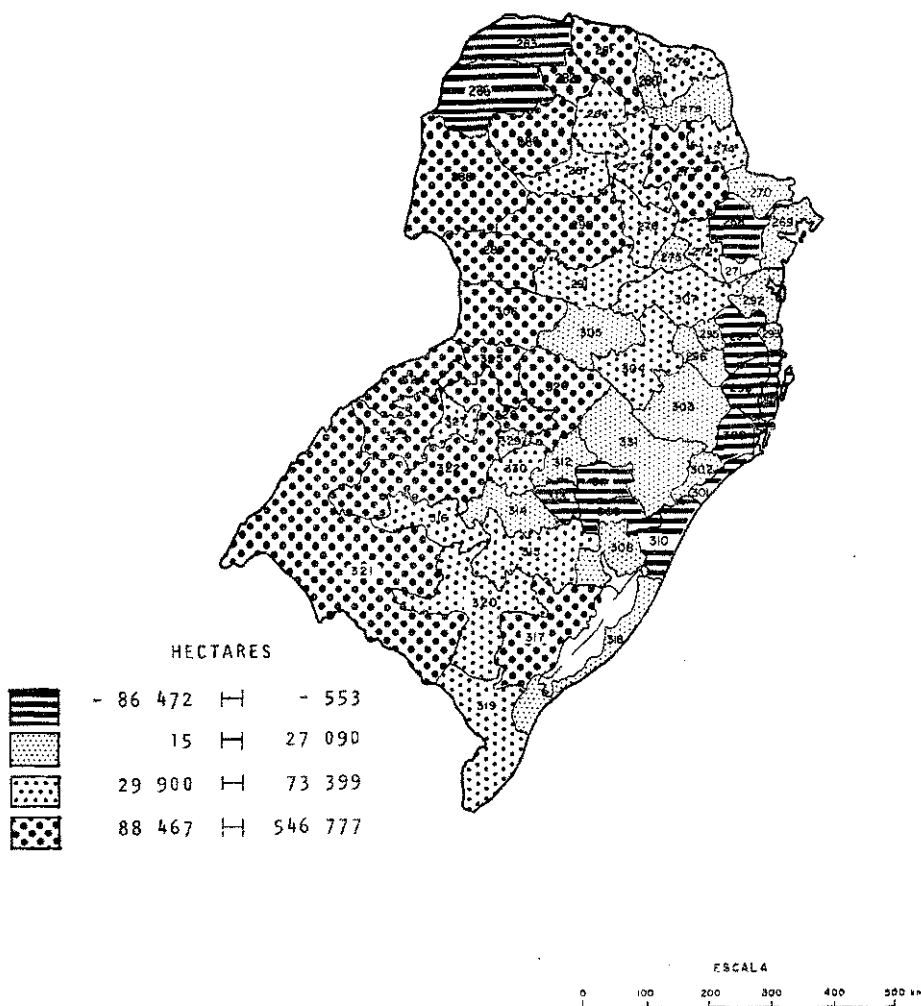
Quando se consideram as variações absolutas ocorridas na produção de soja, ao longo da década, constata-se que a essas áreas de mais forte expansão de lavouras temporárias estão associados os mais intensos crescimentos da produção de soja. A distribuição espacial dessa produ-

LAVOURA TEMPORÁRIA

VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970 - 1980

REGIÃO SUL

Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA I

ção, em 1980 (ver Chamada 12) (Mapa 2), após uma década de fortes estímulos ao cultivo dessa leguminosa, apresenta ampla correspondência com a distribuição da variação da lavoura temporária, deixando indicado que à soja coube o comando do crescimento agrícola regional.

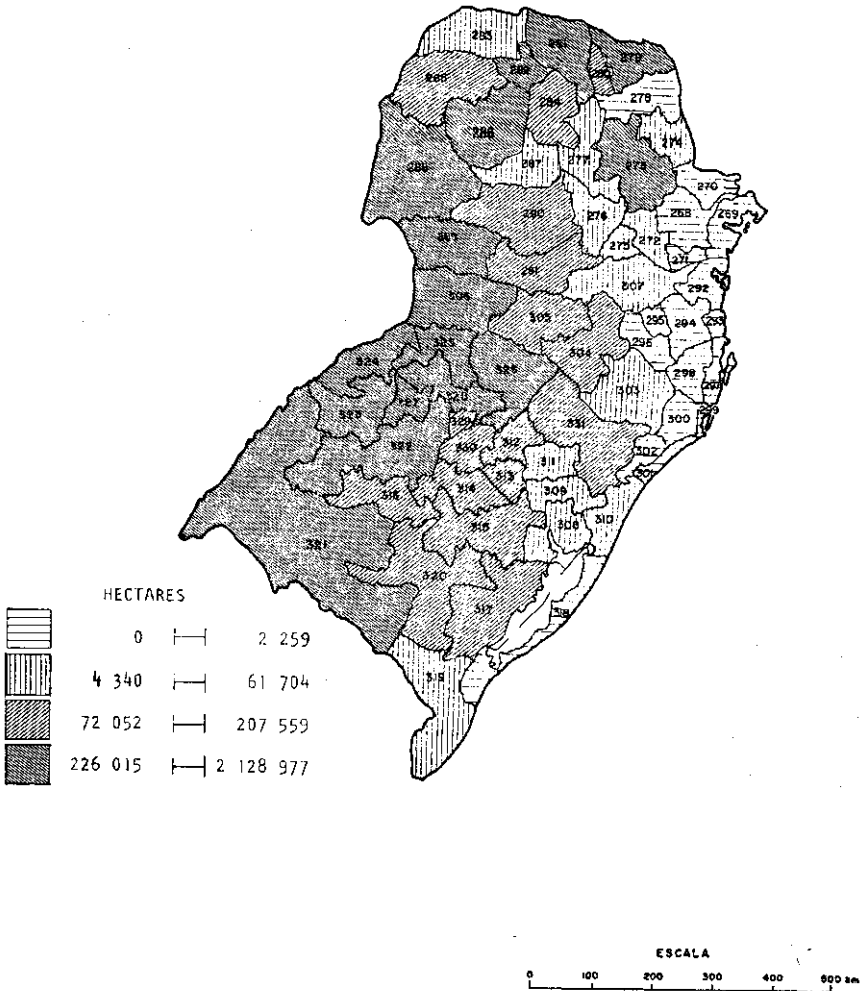
12 A produção de soja, na Região Sul, em 1980, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE), era de 11.856.126 toneladas, correspondendo a 78,2% do total nacional. Segundo essa mesma fonte, o crescimento absoluto da produção regional, no período 1975-80 foi de 3.075.499 toneladas.

S O J A

QUANTIDADE PRODUZIDA - 1980

REGIÃO SUL

Microregiões Homogêneas



FONTE - Produção Agrícola Municipal (PAM) 1980, IBGE.

MAPA 2

Com efeito, no Paraná, a Microrregião Extremo Oeste Paranaense (288), que foi a de mais expressivo crescimento de lavouras temporárias em todo o Sul, apresentava-se, em 1980, como a maior produtora de soja, concentrando 39,4% da produção paranaense. Em Santa Catarina é ainda mais acentuada a concentração da produção de soja, uma vez que a Microrregião Colonial do Oeste Catarinense (306), que se colocou como a de mais elevado aumento de superfície em lavouras temporárias, na década, detinha, em 1980, a elevada percentagem de 67,1% da produção estadual de soja.

No Rio Grande do Sul, não só é menos concentrada espacialmente a produção, como também essa concentração não se faz, necessariamente, nas microrregiões que tiveram maior impulso de crescimento de lavouras na década de 70. Nesse Estado, a expansão da soja, tanto nas áreas coloniais do alto rio Uruguai, quanto no Planalto Médio, ligada ao processamento local de matéria-prima, precedeu a grande difusão da leguminosa, efetuada na década de 70, em escala espacial ampla, como resultado de medidas de política de Estado que viabilizaram a implantação de um novo modelo agrícola. Dessa forma, o Rio Grande do Sul, ao se inserir na nova divisão espacial do trabalho, teve reforçada a expansão da soja nas áreas produtoras tradicionais e incorporou, ainda, novas áreas à produção, sobretudo em terras de campo. Em tal contexto, em 1980, as principais Microrregiões produtoras de soja eram as de Passo Fundo (328), Triticulora de Cruz Alta (322) e as coloniais do alto vale do Uruguai: Colonial de Santa Rosa (324), Colonial de Erechim (326) e Colonial do Iraí (325), cuja produção representava 56,8% do total estadual.

Coincidente com a distribuição espacial da produção da soja, apresenta-se a de uma outra lavoura temporária importante no contexto regional — a do trigo —, em função da alternância desses dois cultivos, no decorrer de um ano agrícola. É nos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná que se encontram os mais altos volumes de produção, tendo, no primeiro deles, a expansão do trigo, em escala comercial, precedido a da soja, enquanto que, no Paraná, a evolução do binômio soja-trigo esteve condicionada à difusão acelerada do cultivo da soja na década de 70 (ver Chamada 13).

Apesar das diferenças ocorridas na evolução do binômio soja-trigo nos dois Estados, vale ressaltar que as principais microrregiões produtoras de trigo, em 1980, coincidiram com áreas em que a expansão das lavouras temporárias associadas à difusão da soja se fez, de forma pronunciada, na década de 70. Incluem-se, entre elas, no Paraná, a Extremo Oeste Paranaense (288), concentrando 41,9% da produção tritícola estadual, no Rio Grande do Sul, Microrregiões caracterizadas pela forte expansão agrícola em terras de campo, como Triticulora de Cruz Alta (322), Colonial das Missões (323) e Campanha (321) que detinham, em 1980, 54,7% da produção estadual de trigo.

No quadro geral da evolução das lavouras temporárias na Região Sul, cabe chamar a atenção para o fato de a difusão da lavoura da soja e da expansão paralela do cultivo do trigo se terem efetivado em detrimento de culturas como a do feijão e a do arroz¹⁴ que, ainda no segundo quinquênio da década, apresentaram reduções significativas de produção, em especial no Estado do Paraná, onde um outro cultivo — o café — mostrou, também, retração durante os anos 70 (ver Chamada 15).

13 De acordo com os dados da PAM/IBGE, houve, no segundo quinquênio da década de 70, um aumento de 666.898 toneladas na produção de trigo da Região Sul, que atingiu, em 1980, 2.375.282 toneladas, representando 87,9% do total nacional.

14 Com relação ao milho, a nível dos agregados regional e estadual, apenas se verificou retração da produção no Estado do Rio Grande do Sul, no período 1970-75, embora tenham ocorrido reduções de produção, de forma localizada, em áreas de acentuada desarticulação da organização produtiva anterior.

15 Esta retração se situou no período 1970-75, quando o Estado do Paraná teve sua produção de café reduzida de 1.226.000 para 330.670 toneladas, segundo os dados da PAM/IBGE.

A ampla reorganização produtiva que envolveu a Região Sul, na década de 70, repercutiu, também, sobre uma das atividades importantes na estruturação do espaço regional — a suinocultura — que, praticada anteriormente, de forma quase generalizada pelos pequenos produtores, passou a apresentar, no contexto das transformações às quais foi submetida a Região, a tendência a ser desenvolvida por um menor número de produtores especializados e segundo especificações técnicas ditadas pelas indústrias de processamento de matéria-prima¹⁶. Assim, ao mesmo tempo em que se verificou a modernização da suinocultura regional, ocorreu, também, uma redução do efetivo do rebanho suíno, redução que, embora pouco expressiva face à magnitude do rebanho regional¹⁷, atingiu um número elevado de microrregiões. As mais fortes variações negativas do efetivo do rebanho ocorreram nos Estados onde foi mais intenso o impacto da nova organização econômica: no Paraná, onde 48,2% da redução do rebanho suíno concentraram-se nas Microrregiões Campo Mourão (286), Norte Novíssimo de Umuarama (285) e Extremo Oeste Paranaense (288) e no Rio Grande do Sul, em particular na Microrregião Colonial de Santa Rosa (324), que respondeu por 1/4 do decréscimo do rebanho suíno do Estado (Mapa 3).

No Estado de Santa Catarina, onde não se registraram altas variações negativas do rebanho, as retrações da suinocultura ocorridas em algumas microrregiões foram compensadas pelo forte crescimento do efetivo de suínos verificado no oeste do Estado. Nesta área, as Microrregiões Colonial do Oeste Catarinense (306) e Colonial do Rio do Peixe (305) (ver Chamada 18) concentraram 98,6% do aumento do número de suínos em Santa Catarina, o único Estado da Região Sul a apresentar crescimento do rebanho suíno no período 1970-80.

No contexto do desenvolvimento da atividade agropecuária ocorrido na Região Sul, nos anos 70, a pecuária bovina, atividade que, inicialmente caracterizou as áreas de campo dos três Estados meridionais, apresentou crescimento expressivo em outras áreas, perfazendo, em 1980, um efetivo de 24.457.479 cabeças, o terceiro do País, tendo ocorrido, no entanto, perda de posição no conjunto nacional, já que, em 1970, o Sul ocupava o segundo lugar quanto ao efetivo de seu rebanho bovino.

A expansão da pecuária durante o período 1970-80 ocorreu, sobretudo, no Estado do Paraná, no qual se concentrou o crescimento absoluto do rebanho bovino nesse período¹⁹. Com efeito, é nesse Estado que está a maioria das microrregiões que apresentaram as mais fortes variações absolutas do rebanho bovino na década de 70, abrangendo tanto áreas tradicionais de pecuária em terra de campo, como Campos de Guarapuava (290), quanto o norte, de estruturação cafeeira, e o oeste, de organização policultora-suinocultora. A reestruturação produtiva

¹⁶ Tal tendência à reorganização da atividade suinocultora na Região Sul, não trouxe alterações à caracterização dessa atividade como típica dos pequenos estabelecimentos, uma vez que, em 1980, segundo os dados censitários preliminares, os estabelecimentos de menos de 50 hectares concentravam 81% do efetivo do rebanho regional.

¹⁷ Durante a década de 70, ocorreu uma redução de 261.577 cabeças no rebanho suíno da Região Sul, que passou a contar em 1980, com 14.950.414 cabeças, conservando, contudo, a primeira posição no País, com 45,9% do rebanho nacional.

¹⁸ Nesta Microrregião, a presença de indústrias de processamento da produção de suínos teria assegurado a dinamização da suinocultura numa área em que também foi intensa a expansão da lavoura da soja na década de 70.

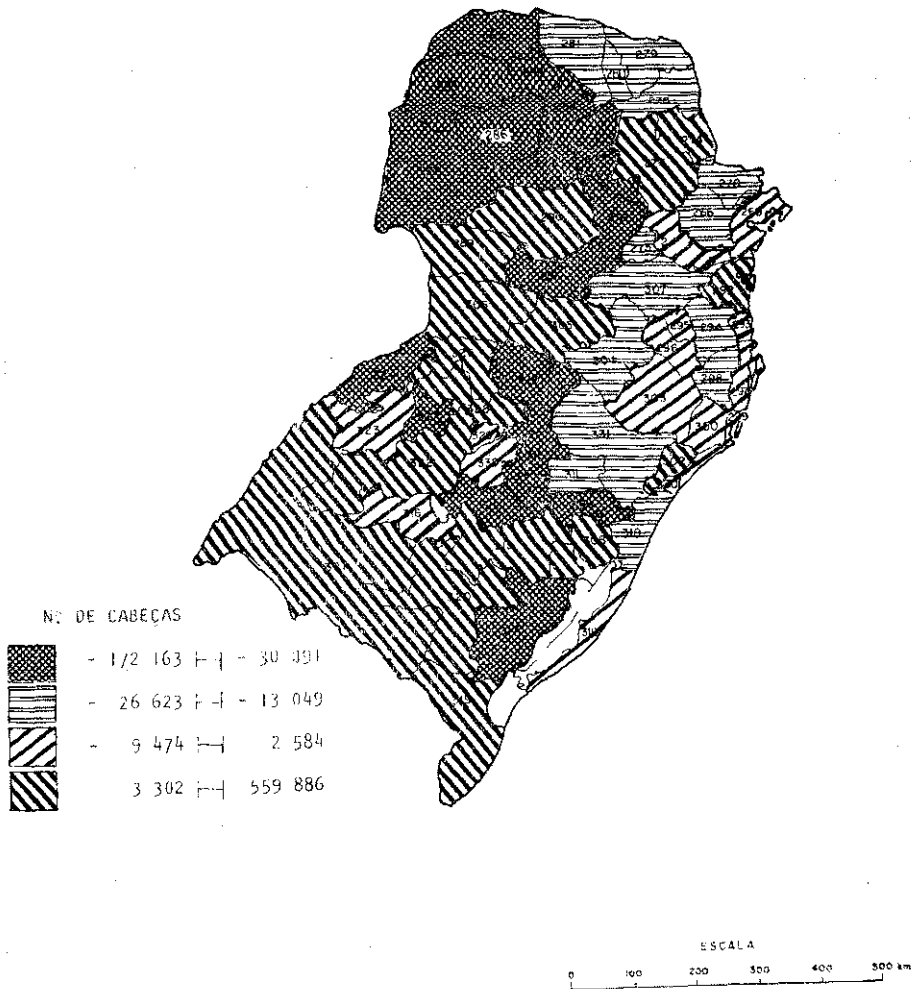
¹⁹ De um crescimento de 5.504.455 cabeças no rebanho bovino regional, no período 1970-80, couberam, ao Paraná, 57,8% desse aumento absoluto.

REBANHO SUINO

VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970 - 1980

REGIÃO SUL

Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 3

que atingiu o Sul do País, caracterizando-se, por um lado, pela expansão da soja e retração de cultivos temporários tradicionais e da lavoura cafeeira, incluiu, por outro lado, a expansão dos pastos plantados e a ampliação dos rebanhos, uma vez que a pecuária se afigura, aos produtores, como atividade de rentabilidade garantida a longo prazo e menos sujeita do que a lavoura a eventuais desfavorabilidades climáticas. Assim, no Paraná, mesmo em áreas agrícolas envolvidas na década de 70 na difusão da lavoura da soja, o crescimento dos rebanhos

foi considerável, sobretudo nos estabelecimentos de área superior a 100 hectares²⁰. Contudo, as duas Microrregiões mais destacadas quanto à expansão do efetivo do rebanho foram aquelas situadas a noroeste do Estado — Norte Novíssimo de Umuarama (285) e Norte Novíssimo de Paranavaí (283) —, onde não foi muito expressiva, em termos regionais, a expansão da produção da soja, na década de 70 (ver Chamada 21).

Apesar do grande crescimento do rebanho paranaense no período 1970-80, o Rio Grande do Sul continuou a deter, em 1980, a primeira posição quanto ao efetivo de bovinos na Região Sul, com 57,1% do rebanho regional, correspondendo a 13.968.223 cabeças. Neste Estado, as maiores variações absolutas do rebanho concentraram-se em áreas tradicionais de pecuária em terras de campo, tendo sido a Microrregião Campanha (321) aquela em que se registrou maior crescimento absoluto do rebanho, uma vez que concentrou 31,2% do aumento do efetivo de bovinos do Estado, na década de 70. Essa Microrregião encontra-se incluída entre aquelas de mais altas variações da área de lavouras temporárias²² o que deixa indicada a expansão simultânea, na década, das duas atividades produtivas — a lavoura e a pecuária —, sendo comum a sua coexistência, em particular, nos médios e grandes estabelecimentos²³.

No Estado de Santa Catarina, o de mais fraco crescimento do rebanho bovino, as mais altas variações do número de bovinos, no período 1970-80, corresponderam às Microrregiões Colonial do Oeste Catarinense (306) e Campos de Curitiba (304), o que se ajusta ao tipo de evolução já referido, de expansão da pecuária, tanto nos campos cujo espaço se estruturou a partir da criação de gado e onde, posteriormente, se difundiu a lavoura modernizada, quanto nas áreas de vegetação original de mata organizadas em função da policultura-suinocultura e reestruturadas com base na expansão do binômio soja-trigo. As duas microrregiões mencionadas detiveram 40% do crescimento do rebanho de Santa Catarina, Estado que, na Região Sul, apresenta a peculiaridade de ter grande parte do rebanho bovino concentrada em estabelecimentos de pequena dimensão em função da importância que a pecuária leiteira assume no Estado²⁴.

Uma outra atividade que apresentou um grande impulso durante os anos 70 foi a avicultura, num contexto de ampliação do mercado interno e de possibilidade de exportação de frangos de corte. Em 1980, o rebanho avícola do Sul se constituía no segundo do País²⁵ e durante a década de 70 foi nessa Região que se concentraram 39,2% do crescimento nacional do número de galináceos.

20 No Paraná, em 1980, os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares concentravam 45,1% do rebanho estadual.

21 Essas duas Microrregiões responderam por 41,4% do aumento absoluto do rebanho bovino paranaense, no período 1970-80.

22 Segundo os dados da PAM, esta Microrregião colocou-se entre aquelas de mais altas variações da produção de soja, no período 1975-80.

23 No Rio Grande do Sul, a pecuária bovina encontra-se concentrada, em especial, nos estabelecimentos de 200 a 5.000 hectares, que detinham, em 1980, 59% do rebanho bovino do Estado.

24 No Estado de Santa Catarina, 52,9% do efetivo do rebanho bovino encontram-se concentrados nos estabelecimentos de 10 a 100 hectares.

25 O Sul concentrava, em 1980, 35,4% do rebanho avícola nacional, sendo superado, apenas, pelo Sudeste.

O incremento da avicultura foi muito associado ao segundo quinquênio da década e, apesar de em Santa Catarina se ter verificado o maior aumento absoluto, o Rio Grande do Sul ainda detém a primeira posição na Região, embora não existam diferenças muito marcantes na magnitude do efetivo de aves dos três Estados do Sul²⁶.

A distribuição espacial das variações absolutas do rebanho avícola, durante o período 1970-80, mostra que os aumentos mais expressivos correspondem, em geral, a áreas onde é significativo o peso dos pequenos estabelecimentos na estrutura fundiária, uma vez que a avicultura vem se caracterizando como uma atividade diversificadora da renda dos pequenos estabelecimentos. Um aspecto comum aos três Estados do Sul do País é a concentração da criação de aves nos estabelecimentos de 10 a 100 hectares²⁷. Vale ressaltar que o segmento dimensional de menos de 10 hectares perdeu importância relativa ao longo da década de 70, sobretudo no Paraná e em Santa Catarina, o que possivelmente se liga ao alto custo das instalações para a criação de aves, segundo técnicas modernas, sob sistema de integração à indústria, afastando, desse modo, da atividade de criação de aves, os pequenos produtores com reduzido acesso aos recursos financeiros.

Uma vez que a grande expansão da avicultura no Sul se fez na década passada, ela se processou, em sua maioria, em condições de integração às indústrias de processamento de matéria-prima, localizadas na própria Região e que exercem controle efetivo de todas as fases do processo produtivo. Em Santa Catarina, as maiores variações absolutas do rebanho avícola situaram-se nas Microrregiões do oeste — Colonial do Rio do Peixe (305) e Colonial do Oeste Catarinense (306) —, tendo sido decisivo o papel das indústrias localizadas na primeira dessas Microrregiões na difusão e na organização dessa atividade²⁸. No Rio Grande do Sul é também muito localizada a área de forte variação do rebanho avícola nos anos 70, correspondendo, sobretudo à área colonial antiga do Estado, na qual uma das Microrregiões — Vinicultora de Caxias do Sul (311) — deteve 43,4% do crescimento estadual do efetivo avícola no período 1970-80 e concentrou, nesse último ano, 1/4 do total de galináceos do Estado. No Paraná, a Extremo Oeste paranaense (288) e a Campos de Ponta Grossa (273) contribuíram com 55,6% do aumento absoluto do número de aves no Estado. Na Extremo Oeste paranaense, onde está 1/5 do rebanho avícola paranaense, a indústria local de processamento da matéria-prima está subordinada a maior parte da produção de aves para corte, produção essa que coexiste, nos pequenos estabelecimentos, com outras atividades de caráter mercantil.

A reorganização produtiva correspondeu uma reestruturação profunda dos padrões técnicos da produção. A modernização das diferentes etapas do processo produtivo caracterizou, de forma marcante, a década de 70, sendo a utilização dos meios modernos de produção viabi-

²⁶ Em 1980, o Rio Grande do Sul contava com 57.807.296 galináceos, o Paraná com 46.005.559 e Santa Catarina com 43.362.914.

²⁷ No Paraná e no Rio Grande do Sul os estabelecimentos de 10 a 50 hectares concentraram, em 1980, respectivamente, 49,1 e 58,5% do efetivo avícola. Em Santa Catarina, 75,3% do total de galináceos são criados em estabelecimentos de 10 a 100 hectares, sobressaindo, em particular, os de 20 a 50 hectares, com 38,3% do rebanho avícola.

²⁸ Vale chamar a atenção para o fato de, em 1980, essas duas Microrregiões terem concentrado 69,7% da criação de aves no Estado.

lizada pela concessão de crédito altamente subsidiado, ao qual tiveram acesso mesmo os pequenos produtores, desde que a escala de seus estabelecimentos fosse compatível com a nova organização produtiva.

Nesse contexto, a mecanização, um dos elementos do pacote tecnológico que, acompanhou a expansão da lavoura da soja em escala altamente mercantil, difundiu-se de forma acelerada, o que significou um rompimento com relação aos aspectos técnicos até então vigentes, representados, entre outros, pelo uso de implementos de tração animal. A mecanização englobou estabelecimentos de dimensão diversificada e se processou em áreas com características topográficas bastante diferenciadas — as de topografia plana dos campos, as de relevo pouco movimentado de grandes áreas de vegetação original de mata, como o oeste do Paraná e, mesmo, as porções de topografia mais favorável das áreas de relevo acidentado como o oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul.

Contudo, a semelhança dos aspectos definidores da transformação produtiva, a modernização também se fez de forma diferenciada na Região Sul, verificando-se existir uma forte convergência entre o padrão espacial de um dos elementos integrantes dessa modernização — a variação absoluta do número de tratores²⁹ — e aquele das lavouras temporárias e da cultura da soja, registrando-se as mais fortes variações na porção ocidental da Região Sul.

É no Rio Grande do Sul que se verifica a maior frequência de altos crescimentos absolutos do número de tratores na década de 70 (Mapa 4), o que levou o Estado a manter a primeira posição quanto ao número de tratores utilizados na agricultura. Quatro Microrregiões, sendo duas da área colonial do alto vale do rio Uruguai — colonial de Santa Rosa (324) e colonial de Erechim (326) — e duas de grande expansão da lavoura em terra de campo — Triticulora de Cruz Alta (322) e Colonial das Missões (323) — englobaram parte significativa do crescimento do parque de tratores do Estado, com 30,6% desse crescimento.

No Paraná, onde foram expressivos tanto o processo de incorporação de áreas novas, quanto a ampliação da área produtiva, o número de tratores nos trabalhos agrícolas elevou-se grandemente, tendo a metade do aumento absoluto se concentrado em quatro Microrregiões — Extremo Oeste Paranaense (288), Campo Mourão (286), Sudoeste Paranaense (289) e Norte Novo de Londrina (281) —, cabendo à primeira dessas regiões 23,1% do crescimento do parque estadual de tratores.

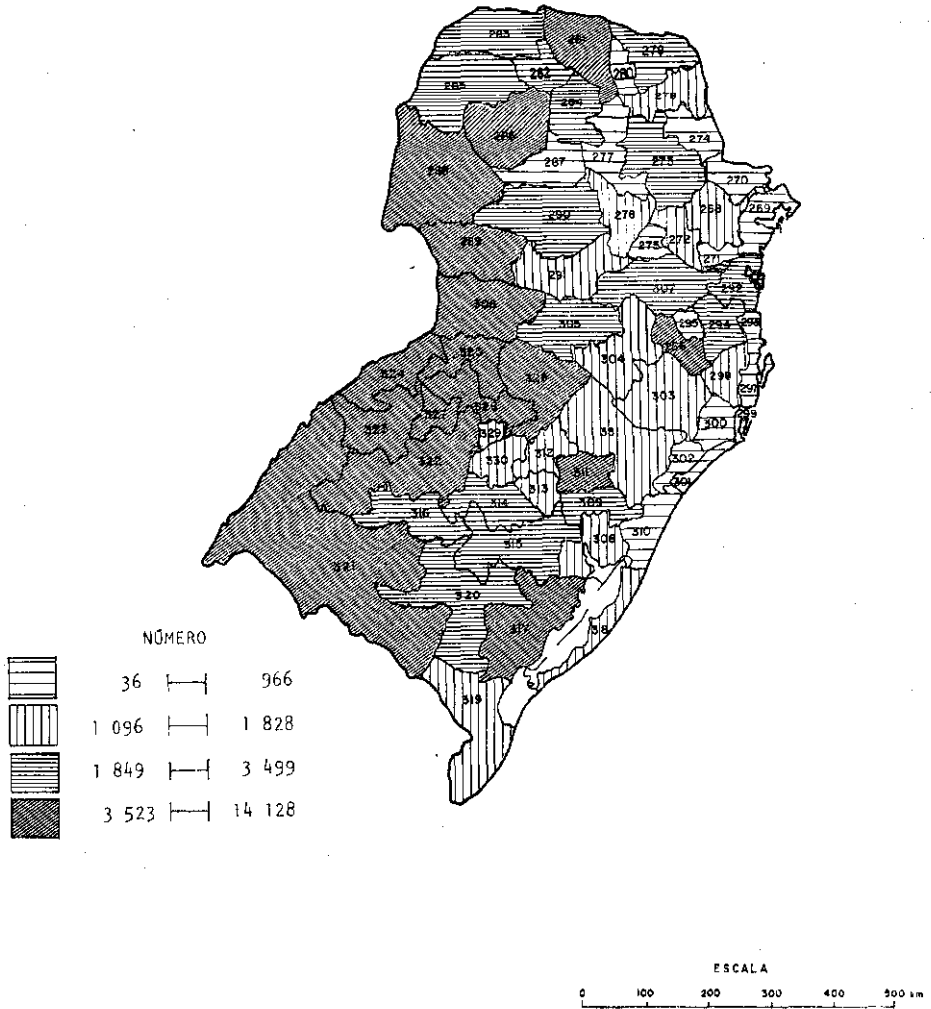
O Estado de Santa Catarina foi o que, na Região Sul, apresentou menor participação no processo de difusão do uso de tratores, com ocorrências reduzidas de altas variações absolutas do número dessa máquinas agrícolas (Mapa 4).

A variação do número de tratores retratou, de forma significativa, um aspecto peculiar da década de 70, que foi a incorporação acentuada de máquinas ao processo produtivo. Uma visão adicional da questão da mecanização no Sul é fornecida pela relação entre o número de estabelecimentos e o número de tratores, ao final dessa década, visão essa que abarca não só o extraordinário crescimento do número de tratores nos anos 70 como também os aspectos vinculados, por um

²⁹ O fato de terem sido utilizadas, neste estudo, com relação a 1980, os dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário contingenciou o uso de somente um item de modernização — o trator — para a caracterização da transformação técnica da agricultura no período 1970-80.

NÚMERO DE TRATORES

VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 4

lado, ao nível de modernização preexistente e, por outro, às características da estrutura fundiária e às próprias condições topográficas reguladoras da evolução do processo de mecanização na Região.

Cabe, inicialmente, chamar a atenção para o fato de que, de 1970 a 1980, reduziu-se, extraordinariamente, a nível de consideração microrregional, a amplitude da relação entre o número de estabelecimentos

servidos por um trator. Assim, se o número mínimo de estabelecimentos servidos por um trator era três, no início da década, e o número máximo era 305, em 1980 já eram freqüentes os casos de microrregiões com um trator por estabelecimento, enquanto o valor máximo da relação estabelecimento/trator havia decrescido para 51.

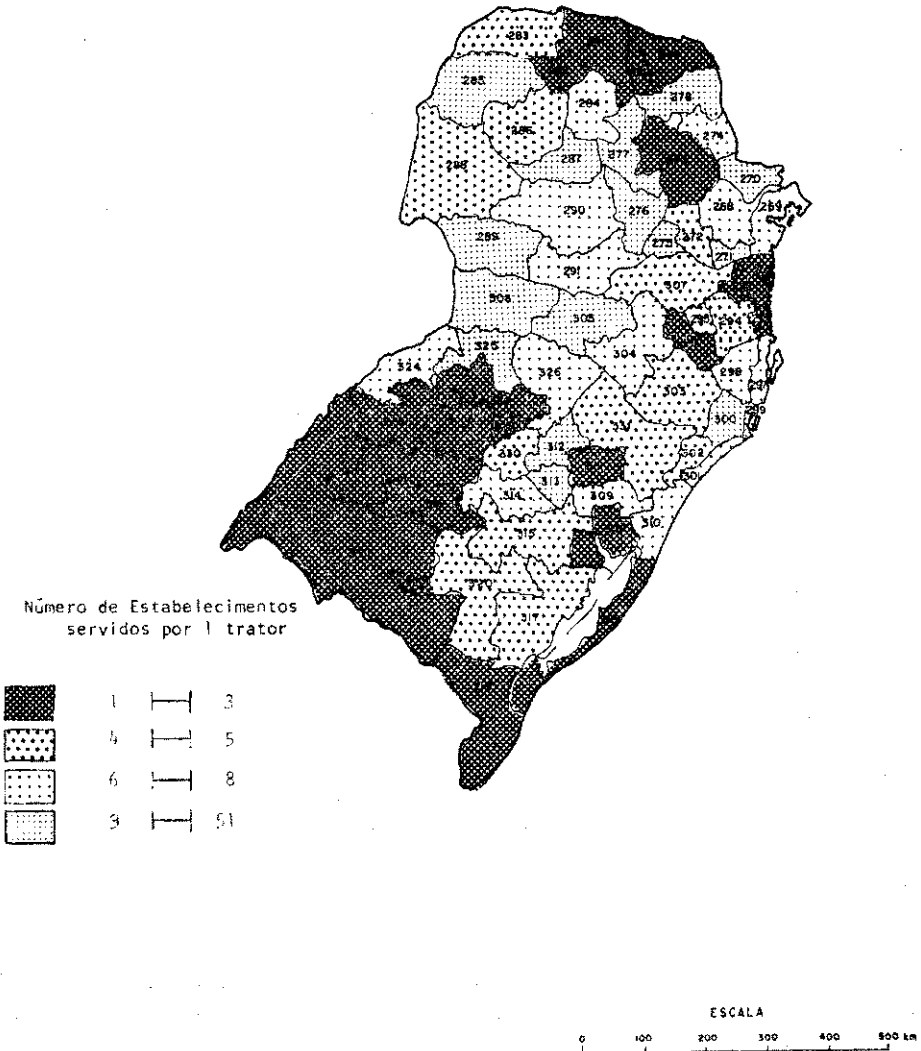
Os índices mais elevados de mecanização ocorreram, em maior freqüência, no Rio Grande do Sul, em 1980 (Mapa 5), em especial nas

ÍNDICE DE MECANIZAÇÃO - 1980

REGIÃO SUL

RELAÇÃO: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
NÚMERO DE TRATORES

Microrregiões Homogêneas



FONTE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 5

áreas do Planalto Médio e da Campanha que, além de já se apresentarem, no início da década de 70, mais bem posicionadas quanto à existência de meios modernos de produção, associaram as condições de topografia favorável e de uma estrutura fundiária caracterizada pelos estabelecimentos de maiores dimensões, com acesso amplo aos meios de produção que implicam em níveis elevados de investimento.

O Estado do Paraná posicionou-se em segundo lugar quanto ao nível de mecanização. Além das microrregiões com índices mais altos de mecanização, situadas nos campos de Ponta Grossa e no norte, de estruturação cafeeira e com posterior avanço da soja, é expressiva a posição que ocupam as microrregiões do oeste, com índices imediatamente inferiores àqueles das áreas de maior tradição de modernização agrícola (Mapa 5) e cujo posicionamento em 1980 se deveu, basicamente, à difusão do uso de tratores, verificada na década de 70. Os índices altos de mecanização de duas Microrregiões do oeste paranaense (286 e 288) são especialmente significativos quando se tem em conta a particularidade de sua estrutura fundiária contar com mais de 90% de estabelecimentos de dimensão inferior a 100 hectares, com um segmento expressivo de produtores excluídos da moderna organização produtiva. No sudoeste do Estado (289), assim como no oeste Catarinense (306), embora tenha sido intenso o crescimento do número de tratores na década de 70, o grande contingente de pequenos produtores impossibilitados de acesso aos meios modernos de produção e, a topografia desfavorável à mecanização, colocavam limites à difusão mais ampla do uso de máquinas e responderam pelos índices baixos de mecanização no contexto regional. No Estado de Santa Catarina, os índices mais elevados de emprego de máquinas por estabelecimento corresponderam à sua porção leste, onde áreas agrícolas de estruturação mais antiga já apresentavam, no início da década de 70, posição favorável quanto à mecanização das lavouras temporárias de caráter mercantil.

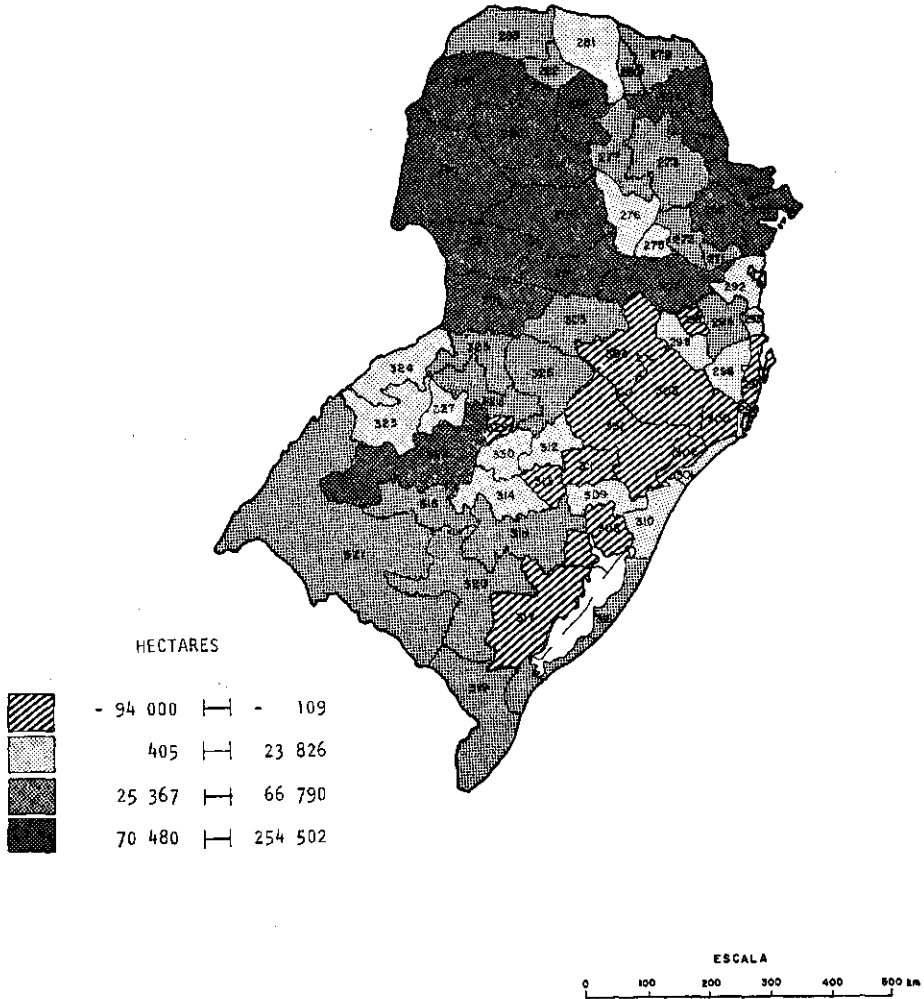
Além da incorporação de meios modernos de produção, uma das características do crescimento da agricultura na década de 70, verificou-se, também, como outra forma desse crescimento, a expansão espacial das atividades agropecuárias, com a ampliação da área dos estabelecimentos rurais.

No âmbito da expansão espacial registrada nesse período, as mais elevadas variações absolutas da superfície dos estabelecimentos restringiram-se, praticamente, ao Estado do Paraná (Mapa 6), que não só reunia condições favoráveis à implantação da organização produtiva comandada pela lavoura da soja, como também dispunha de espaços a serem integrados à ocupação produtiva. Na porção oeste do Estado, duas Microrregiões fortemente submetidas ao processo de mudança de sua estrutura técnico-produtiva — Extremo Oeste Paranaense (288) e Campo Mourão (286) — responderam do 1/5 do aumento absoluto da área dos estabelecimentos no Paraná.

Participando também do processo de mudança técnico-produtiva associado à lavoura da soja e ao qual se vinculou a ampliação da área dos estabelecimentos, encontra-se a Colonial do Oeste Catarinense (306) que concentrou 41,5% do crescimento absoluto da superfície dos estabelecimentos no Estado. No Rio Grande do Sul, onde já se encontrava praticamente efetuado o processo de ocupação das terras no início da década, foi menos intensa a incorporação de novas áreas à superfície

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS
 VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970 - 1980

REGIÃO SUL
 Microrregiões Homogêneas



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 6

dos estabelecimentos e, apenas a Microrregião de Triticulтора de Cruz Alta (322), posicionou-se entre as de mais elevadas variações da área dos estabelecimentos, absorvendo 13,7% do crescimento absoluto da superfície dos estabelecimentos.

Cabe observar que também são registrados aumentos significativos da área dos estabelecimentos na porção oriental da Região Sul, não diretamente envolvida no processo específico da expansão da cultura

da soja (Mapa 6). Tais aumentos, ocorridos em especial no Paraná, podem se ligar a um processo mais amplo de capitalização no campo que engloba, por um lado, a modernização das atividades produtivas, sobretudo em espaços com condições favoráveis de acessibilidade aos mercados e às instituições viabilizadoras da mudança técnica e, por outro, a valorização acentuada das terras, que podem conduzir à ampliação do espaço agrário, tanto num contexto de utilização produtiva, quanto como alternativa de investimento para grupos de origem rural ou urbana.

A expansão espacial da agricultura, registrada na década de 70, elevou, ainda mais, o nível de ocupação das terras na Região Sul, que já se apresentava bastante elevado no início da década. Em 1980, o norte e o oeste paranaenses, a porção centro-ocidental de Santa Catarina e a maior parte do Rio Grande do Sul apresentavam mais de 85,1% da superfície das microrregiões ocupados com estabelecimentos rurais (Mapa 7), o que deixa indicado que a ampliação da área dos estabelecimentos ocorrida nos anos 70 colocou, para a evolução subsequente da agricultura dessas áreas, a alternativa de uma ocupação mais intensiva da superfície dos estabelecimentos então já constituídos.

A forma de crescimento da agricultura através do aumento da área dos estabelecimentos ainda permanece viável em um número considerável de microrregiões situadas na porção oriental da Região Sul e no interior do Estado do Paraná, áreas que, em termos regionais, apresentam, os mais baixos graus de ocupação das terras com estabelecimentos rurais (Mapa 7).

O crescimento da agricultura ocorrido na Região Sul, nos anos 70, embora se tenha feito acompanhar, em certa medida, pelo processo de concentração de terras, não causou alterações profundas no perfil fundiário regional que mantém sua característica de dominância de pequenos estabelecimentos. Com efeito, em todas as microrregiões do Sul, os estabelecimentos de menos de 100 hectares ocupavam, em 1980, sempre mais de 60% do número de estabelecimentos (Mapa 8). As mais altas concentrações de pequenos estabelecimentos correspondem às áreas coloniais antigas e recentes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e ao sudoeste paranaense, este uma extensão da forma de ocupação das áreas anteriormente citadas, uma vez que foi ocupada com os excedentes populacionais resultantes do processo de subdivisão dos pequenos estabelecimentos daquelas áreas de estruturação mais antiga. Nessas áreas de mais forte concentração de pequenas unidades produtivas, os estabelecimentos de menos de 100 hectares representam mais de 90% do número e ocupam mais de 70% da área total dos estabelecimentos.

Nos Estados do Paraná e Santa Catarina é muito elevada a frequência de microrregiões em que os estabelecimentos de área inferior a 100 hectares constituem, também, mais de 90% do número, embora, em termos de área, tenham sua expressão mais reduzida, concentrando de 40 a 70% da superfície dos estabelecimentos.

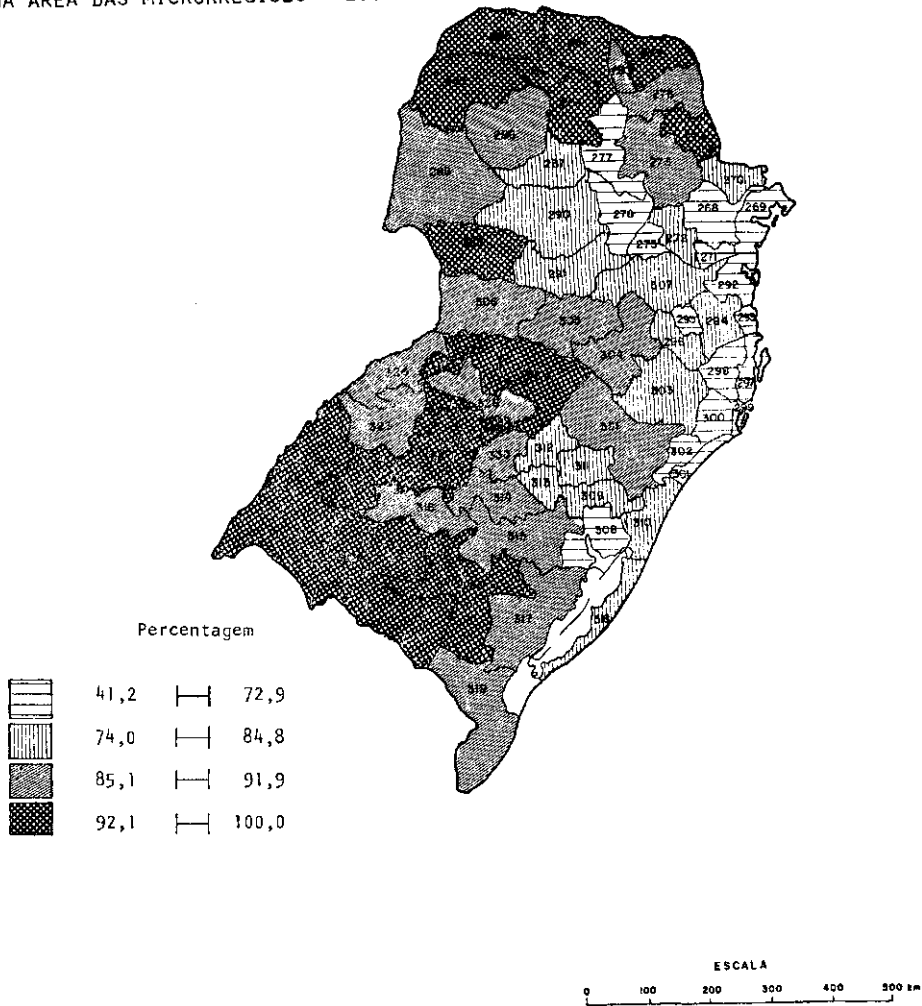
As áreas nas quais os pequenos estabelecimentos têm peso menos relevante na estrutura fundiária restringem-se, praticamente, aos campos do Rio Grande do Sul — Campanha, Planalto Médio, Missões e Vacaria — e aos campos de Lajes em Santa Catarina, onde tais estabelecimentos ocupam apenas de 5 a 25% da área total das unidades produtivas.

GRAU DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL

REGIÃO SUL

Microrregiões Homogêneas

PERCENTAGEM DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS
NA ÁREA DAS MICRORREGIÕES - 1980



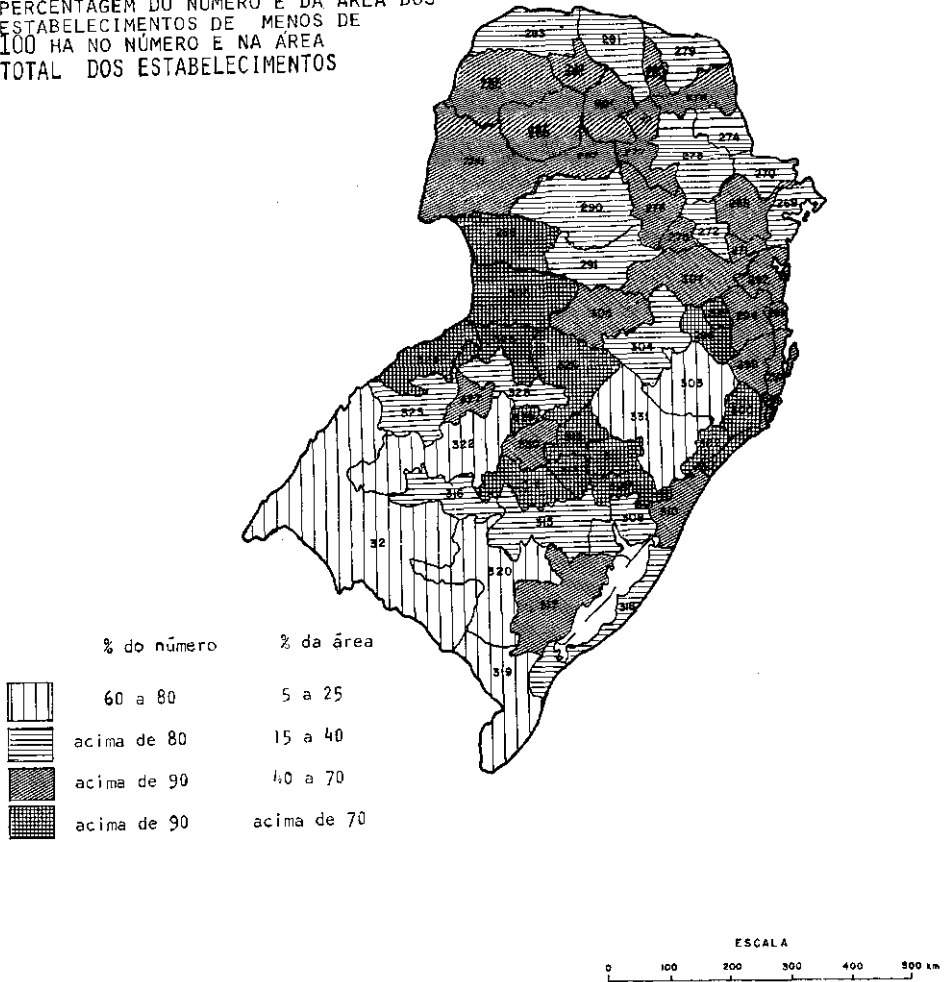
FONTE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 7

No contexto fundiário da Região Sul, de alta dominância dos pequenos estabelecimentos foi, contudo, viável a intensa mudança da organização produtiva ocorrida na década de 70, o que deixa indicada a compatibilização da pequena unidade de produção baseada no trabalho familiar com um sistema produtivo, com ampla utilização de meios modernos de produção.

CONCENTRAÇÃO DE PEQUENOS ESTABELECIMENTOS - 1980

PERCENTAGEM DO NÚMERO E DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 100 HA NO NÚMERO E NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS



FONTE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 8

Esse novo sistema produtivo teve, entretanto, repercussões acentuadas sobre o contingente de pessoas ocupadas na agricultura, uma vez que a modernização do processo de produção acaba por levar à redução dos níveis de absorção da mão-de-obra. Tal redução se fez de modo gradativo, no sentido de que se intensificou no segundo quinquênio da década de 70, à medida que se acelerava a difusão dos itens modernos poupadores de mão-de-obra no processo de trabalho. Com efeito, enquanto no primeiro quinquênio da década, 23,4% das micror-

regiões da Região Sul apresentaram decréscimo no total de pessoas ocupadas na agricultura, no segundo quinquênio essa proporção apresentou forte elevação, uma vez que 70,3% das microrregiões incluíram-se entre aquelas que tiveram redução no contingente de pessoas ocupadas nas atividades agrárias.

Assim, uma vez que os decréscimos de mão-de-obra foram pronunciados somente no segundo quinquênio da década, o exame da evolução do contingente de pessoas ocupadas na agricultura, no período 1970-80, (Mapa 9) revela que foram restritas, especialmente, as áreas com redução de pessoal ocupado, restringindo-se tal fenômeno, em especial, ao norte e oeste do Paraná onde acumularam-se reduções de mão-de-obra no primeiro e no segundo quinquênio. As Microrregiões paranaenses onde foi mais intenso o decréscimo da mão-de-obra foram: Norte Novíssimo de Umuarama (285), na qual, no decorrer da década reduziu-se a capacidade de absorção da mão-de-obra, com retração da área de lavouras temporárias e expansão da pecuária; Campo Mourão (286), com acentuada expansão da lavoura da soja em moldes modernos na década de 70 e, Norte Novo de Londrina (281), com ampla substituição da lavoura cafeeira pela lavoura da soja. Essas três Microrregiões responderam por 60% do decréscimo estadual de pessoas ocupadas na agricultura nos anos 70.

Em Santa Catarina, os decréscimos do contingente de mão-de-obra ocorridos na década restringiram-se à porção leste do Estado e, em especial, às Microrregiões Colonial de Joinvile (292) e Colonial de Blumenau (294), que concentraram 61,6% da redução da mão-de-obra na agricultura do Estado, no período 1970-80. Importa, entretanto, assinalar que a magnitude do decréscimo de pessoas ocupadas na agropecuária, nesse Estado, foi muito inferior àquela registrada no Paraná⁸⁰.

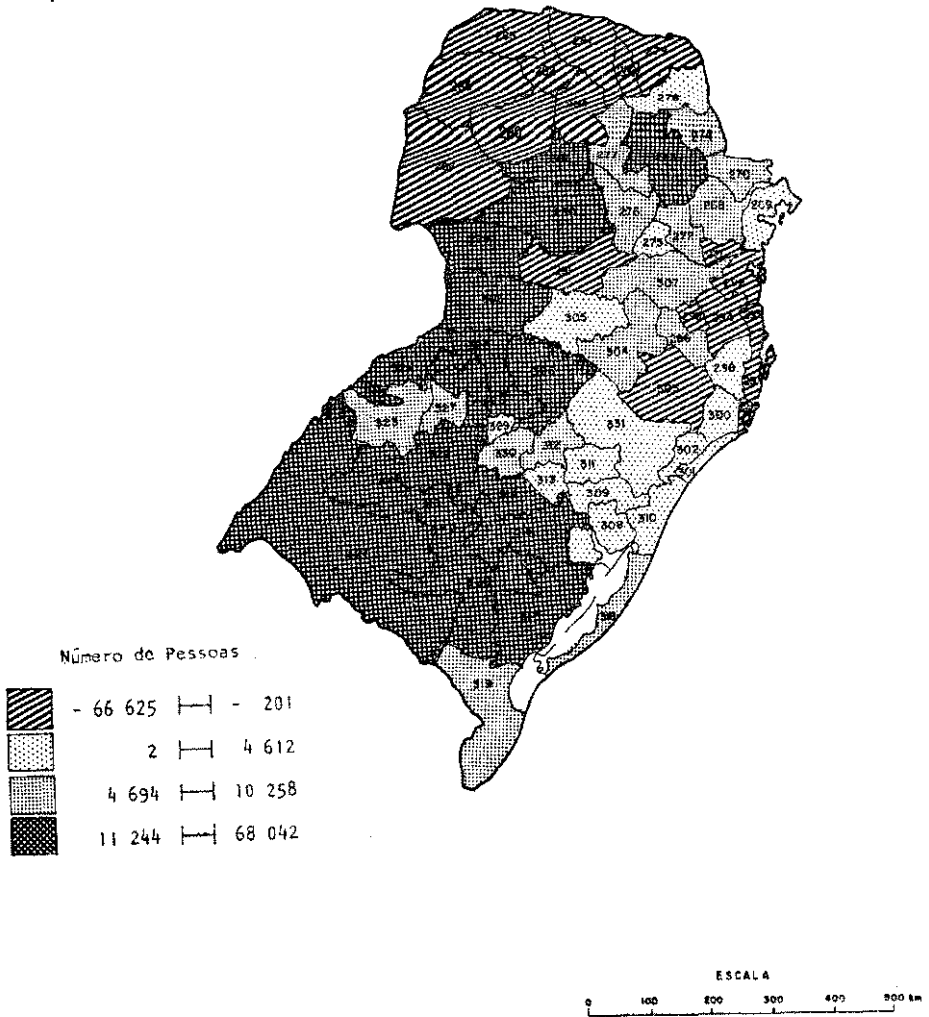
Na maioria das microrregiões da Região Sul e, em especial, no Estado do Rio Grande do Sul, o aumento do número de pessoas ocupadas na agricultura, no primeiro quinquênio da década de 70 foi suficiente para compensar a retração registrada no segundo.

Tal retração, no Estado do Rio Grande do Sul, ocorreu de modo especial nas áreas coloniais (Mapa 10), dada a crise estrutural que afetou a pequena produção em função das dificuldades colocadas à sua reprodução, face à nova organização produtiva. As três Microrregiões do alto vale do rio Uruguai — Colonial de Santa Rosa (324), Colonial do Iraí (325) e Colonial de Erechim (326) — concentraram 1/3 do decréscimo estadual do número de pessoas ocupadas na agricultura, no período 1975-80.

No Paraná, entretanto, é que se registraram as mais altas variações negativas do contingente de mão-de-obra no campo, nesse período. Essas variações verificaram-se no norte do Estado como reflexo da reestruturação da sua economia anteriormente centrada na lavoura cafeeira, mas foram particularmente significativas no oeste do Estado, área que, na década de 60, absorveu, na condição de fronteira agrícola, excedentes populacionais de antigas áreas coloniais e que, com a implantação de uma organização produtiva comandada pela lavoura modernizada da soja, teve, na década de 70, reduzida a sua capacidade de

⁸⁰ Com efeito, enquanto as três Microrregiões paranaenses referidas apresentaram redução de 176.638 pessoas na mão-de-obra no campo, em Santa Catarina, nas duas Microrregiões citadas, registrou-se apenas um decréscimo de 17.379 pessoas.

PESSOAL OCUPADO
 VARIAÇÃO ABSOLUTA 1970 - 1980



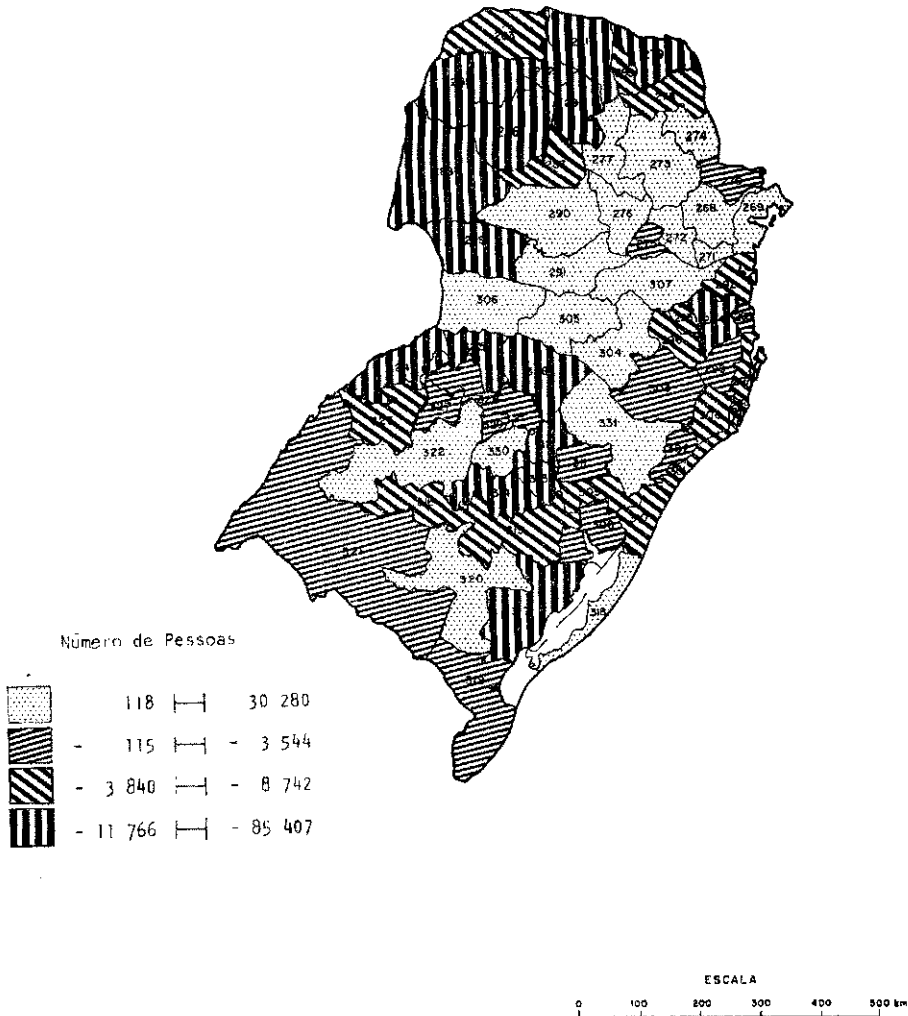
FORNE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 9

absorção de mão-de-obra. Ilustra bem o tipo de processo a que foi submetida essa área, a Microrregião Extremo Oeste Paranaense (288) que, com a passagem para um novo patamar técnico-produtivo, teve, no período 1975-80, uma redução de 85.407 pessoas no contingente ocupado na atividade agropecuária, o que representou 23,9% do de-

PESSOAL OCUPADO

VARIAÇÃO ABSOLUTA 1975 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 10

créscimo total da mão-de-obra empregada na agricultura do Estado, nesse quinquênio.

A retração da mão-de-obra no campo, na década de 70, está intimamente associada às formas de exploração dos estabelecimentos rurais, uma vez que, no contexto de reestruturação da produção e de mudança do nível técnico da agricultura, as formas de exploração indireta da terra — a parceria e o arrendamento — foram especialmente envol-

vidas, dada a vulnerabilidade das condições de acesso à terra por parte dos produtores que praticam a agricultura sob tais formas de exploração.

Assim, os parceiros e os arrendatários participaram dos primeiros fluxos migratórios que, a partir da Região Sul, se dirigiram para áreas de fronteira agrícola, à procura de condições para sua reprodução, enquanto produtores diretos. Isto, de certa forma, se evidencia através dos dados de retração do número de produtores na condição de parceiros e arrendatários, dados esses que mostram que o impacto das transformações da agricultura atingiu essas categorias de produtores na fase inicial do processo de implantação da nova organização econômica, uma vez que essa retração se concentrou maciçamente no primeiro quinquênio da década de 70. No Paraná, Estado em que, em 1970, o número de parceiros e de arrendatários superava, por larga margem, o daquele verificado nos dois outros Estados da Região Sul e onde a reestruturação econômica dos anos 70 foi especialmente marcante, concentraram-se, na primeira metade da década de 70, 75,7% da redução de produtores parceiros e 89,9% do decréscimo do número de produtores arrendatários registrado no decênio³¹.

Contudo, era ainda no Paraná que, em 1980, verificava-se maior frequência de microrregiões em que a parceria apresentava posição expressiva como forma de exploração da terra. A área de maior importância de produtores parceiros correspondia às porções norte e ocidental do Estado, onde as lavouras do café e do algodão, às quais está mais ligada essa forma de exploração, ainda conservavam, ao final da década, importância econômica no quadro geral das atividades agrícolas, a despeito da grande transformação produtiva ocorrida nos anos 70.

No Rio Grande do Sul não foi tão significativo o decréscimo da importância das formas de exploração indireta da terra, uma vez que o arrendamento é muito vinculado a uma atividade agrícola tradicional, que continua a ser importante no contexto da economia agrária estadual — a lavoura do arroz. Encontram-se, ainda, por um lado, a parceria associada a cultivos como o do milho e do fumo, em áreas coloniais e, por outro, o grande arrendamento vinculado à expansão da soja em terras de campo que mantêm a sua atividade tradicional — a pecuária — que passou a dispor, também, de pastos formados em áreas arrendadas, por alguns anos, para o uso agrícola.

Em Santa Catarina, onde diferentemente dos outros dois Estados houve crescimento do número de produtores e, onde se registrou, também, aumento do total de pessoas ocupadas na agricultura, elevou-se tanto a importância relativa, quanto a absoluta, das formas indiretas de exploração da terra, estando a parceria mais restrita às áreas coloniais do oeste e, o arrendamento, ligado às áreas dos campos de Lajes e Curitiba. Acredita-se que, durante a década de 70, o crescimento da agricultura, com ativação de atividades tradicionais e incorporação de novas atividades tenha possibilitado, também, as formas de exploração indireta num Estado que, relativamente aos dois outros da Região Sul, encontrava-se numa etapa menos avançada do processo de modernização da agricultura.

³¹ Na década de 70, o contingente de parceiros, no Estado do Paraná, decresceu de 122.937 produtores a 66.010 e o de arrendatários, de 68.741 a 46.188.

As transformações que, na década de 70, envolveram diferentes aspectos da agricultura, tais como o uso da terra, o nível de ocupação territorial, a estrutura fundiária, o contingente de pessoas ocupadas na agricultura e as formas de exploração da terra, encontram-se vinculadas às duas formas básicas de crescimento da atividade agropecuária — a modernização e a expansão espacial —, que não são específicas ao Sul, mas ao próprio modelo de crescimento da agricultura brasileira.

Nesse contexto, com vistas a caracterizar o Sul do Brasil quanto a essas formas de crescimento da agricultura no decorrer da década de 70 e, buscando recuperar as diferenciações internas da transformação da agricultura regional, será efetuada uma categorização espacial fundamentada nessas formas de crescimento que permitirá, ainda, sentir as tendências da evolução subsequente da agricultura nos diversos segmentos espaciais da Região Sul.

3 — FORMAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA

Na década de 70, a expansão espacial e a modernização da agricultura reorganizaram o espaço agrário da Região Sul que, ao final desse período, apresentava características diferenciadas em função do grau de incidência e da combinação das duas formas básicas de crescimento da agricultura.

No âmbito desta análise, a expressão dessas duas formas foi efetuada, no caso da expansão espacial, através da variação da área dos estabelecimentos, julgada válida para mostrar a conquista de novos espaços face às características específicas que assumiu a agricultura no Sul; no que se refere à modernização, a variação do número de tratores foi selecionada com vistas a exprimir a transformação técnica pela qual passou a agricultura regional³². Uma vez que a modernização agrária constituiu-se no aspecto mais marcante do crescimento da agricultura na Região Sul, na década de 70, esse aspecto será o elemento diferenciador na caracterização dos diversos segmentos espaciais efetuada a seguir.

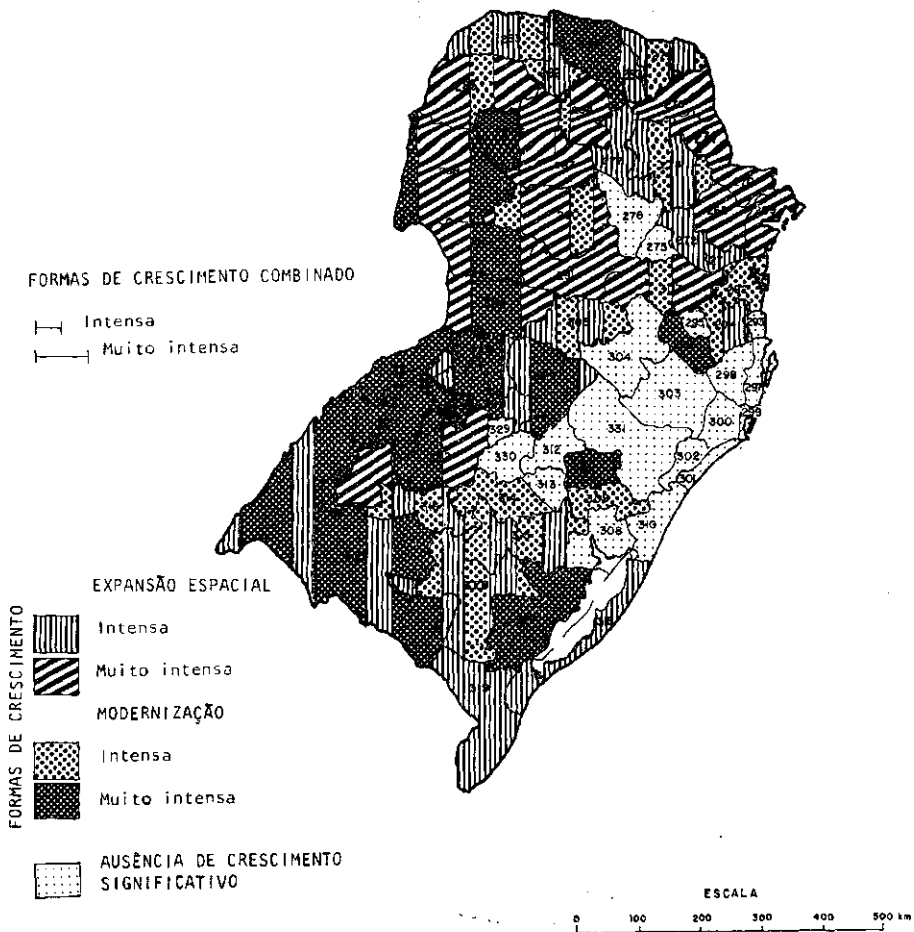
A distribuição espacial das formas de crescimento da agricultura mostra que, as áreas submetidas a um processo muito intenso de modernização, concentram-se na porção ocidental da Região Sul, estando no Rio Grande do Sul a maior frequência de microrregiões caracterizadas pela mudança técnica do processo produtivo (Mapa 11).

A utilização ampla de meios modernos de produção nesse segmento espacial não só incluiu o Estado do Paraná entre aqueles de agricultura modernizada, como também reforçou a posição de progresso técnico

³² A escolha dessas variáveis foi contingenciada pelo elenco de dados disponíveis na Sinótese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980. Foram consideradas as duas classes de mais altas variações de área de estabelecimentos e de número de tratores para elaboração de um mapa de formas de crescimento da agricultura. Cada uma das formas é representada com duas intensidades que correspondem às duas classes de mais elevadas variações dos indicadores selecionados. Nesse mapeamento, algumas microrregiões foram caracterizadas por uma única forma de crescimento da agricultura e outras pela combinação das duas formas. Como microrregiões de ausência de crescimento significativo em qualquer uma das formas, foram consideradas aquelas que não se posicionaram nas classes de mais alta intensidade das duas variáveis que serviram de base ao mapeamento.

FORMAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA

1970 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA II

do Rio Grande do Sul, Estado que se constituiu num dos núcleos iniciais de modernização da agricultura do País.

O grande surto modernizador pelo qual passou a agricultura na Região Sul esteve muito associado à expansão da lavoura temporária representada pelo cultivo da soja, tanto que as 16 microrregiões caracterizadas pela modernização muito intensa (Anexo 1) concentravam,

em 1980, 73,9% (8.765.907 t) da quantidade de soja produzida na Região Sul³³.

Uma medida da posição relativa desse conjunto de microrregiões no contexto de modernização da agricultura e, em especial, da mecanização, é representada pelo fato de ele deter, em 1980, 54,7% do estoque de tratores do Sul do País. Nas microrregiões integrantes desta categoria de evolução da agricultura é, em geral, elevado o índice de mecanização, uma vez que, nelas, em termos regionais, a relação estabelecimento/trator revela uma difusão muito expressiva desse item de modernização.

O intenso processo de mecanização, associado a outras condições específicas de transformação da agricultura, acabou conduzindo à redução na capacidade de absorção de mão-de-obra no campo. A relação entre a retração de emprego na agricultura e o processo de modernização aparece de forma evidente no fato de as microrregiões em questão terem sido responsáveis por 48,3% do decréscimo total de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias da Região Sul.

Uma outra característica desse conjunto de microrregiões reside na simultaneidade do intenso processo de modernização e da significativa ampliação do espaço ocupado pelos estabelecimentos rurais. De fato, na maior parte das microrregiões com modernização muito intensa, verificou-se, também, expansão espacial das atividades agrárias, sendo esta muito acentuada no Estado do Paraná que, no início da década de 70, dispunha, ainda, nas terras do oeste, com condições propícias à lavoura, de vastos espaços a serem conquistados para ocupação produtiva. No Rio Grande do Sul, onde havia menor disponibilidade de terras, a expansão espacial se fez de forma menos marcante e registraram-se, também, ocorrências de microrregiões caracterizadas somente pela modernização muito intensa.

No âmbito da atuação dessas duas formas de crescimento não somente se verificou a expansão considerável da lavoura como também ocorreu um aumento significativo do rebanho bovino, uma vez que essas microrregiões de modernização muito intensa concentraram 31,4% da variação absoluta do efetivo do rebanho bovino da Região Sul, no período 1970-80, tendo a expansão do rebanho se associado tanto às áreas tradicionalmente pecuaristas dos campos do Rio Grande do Sul, quanto às áreas de mata do oeste de Santa Catarina e Paraná.

Ao final da década de 70, praticamente todas as microrregiões caracterizadas pela modernização muito intensa apresentavam taxas de ocupação elevadas em termos regionais e, mesmo, nacionais, restando, dessa forma, como alternativa para o crescimento subsequente da agricultura, a expansão da área produtiva no âmbito dos estabelecimentos rurais. O fato de muitas das unidades incluídas nesta categoria espacial serem marcadas por uma estrutura fundiária com dominância de pequenos estabelecimentos, onde essa linha alternativa encontra-se já largamente adotada, reduz as perspectivas de reprodução da pequena produção face ao modelo atual da agricultura.

Com efeito, a transformação técnico-produtiva que se processou na atividade agropecuária regional e que apresentou forte impacto no conjunto de microrregiões em questão inviabilizou, de início, a permanência de um segmento de pequenos produtores, que se viu compe-

³³ Para esta informação, foi utilizada como fonte a PAM/IBGE de 1980.

lido a migrar para outras regiões e vem, ainda, comprometendo, ao longo do tempo, a reprodução da pequena produção que, uma vez inserida na moderna organização produtiva comandada pela soja, deve atender aos requisitos dessa nova organização, nem sempre compatíveis com a escala da unidade produtiva e com o patamar financeiro desses pequenos agricultores.

A tônica do crescimento da agricultura na Região Sul, na década de 70 foi, sem dúvida, a modernização da agricultura e, nesse contexto, pode ser distinguido um outro conjunto de microrregiões que, se quando comparado com o anterior, mostrou índices menos elevados de adoção de meios modernos de produção, apresentou, contudo, mudança técnica considerável no seu processo produtivo. A escala regional, esse grupo pode ser considerado como tendo apresentado, nos anos 70, intensa modernização e tem sua correspondência espacial nos três Estados, embora, em termos de número de ocorrências, o Paraná esteja mais representado nesse grupamento de unidades de observação (Mapa 11). Nesse Estado, a sua porção norte e os campos de Ponta Grossa e de Guarapuava foram as áreas submetidas a intensa modernização, uma vez que participaram à exceção do extremo noroeste, do mesmo processo anteriormente, descrito de expansão acentuada da lavoura comercial de grãos. Também vinculada a esse processo estão, em Santa Catarina, a Microrregião Colonial do Rio do Peixe e, no Rio Grande do Sul, as microrregiões da Depressão Central e da Microrregião Alto Camaquã.

A difusão da lavoura modernizada nas 16 microrregiões integrantes deste segmento espacial (Anexo 1), o colocou em posição importante no quadro geral de produção de soja no Sul e, em 1980, a maioria dessas microrregiões aparecia com destaque na produção dessa leguminosa, concentrando essa categoria espacial 16,3% (1.928.467 t)³⁴ da produção de soja na Região Sul, nesse ano. Vale ainda registrar que duas Microrregiões catarinenses — as Coloniais de Joinville e Blumenau — concentravam 1/3 da produção estadual de arroz, enquanto que as microrregiões do Rio Grande do Sul, anteriormente referidas, detinham, em 1980, praticamente 1/5 da produção desse cereal no Estado, tendo em ambas as UF's sido significativo, em termos regionais o crescimento da produção de arroz na década de 70, com incorporação de itens de modernização da agricultura que se difundiram de forma mais acentuada nessa década.

A intensificação do processo de modernização conferiu ao conjunto de microrregiões em questão, posição destacada quanto à mecanização da agricultura, uma vez que essas áreas de intensa modernização detinham, ao final da década de 70, 24,9% do número total de tratores existentes na Região Sul.

A semelhança do que ocorreu com as microrregiões de modernização muito intensa, as que constituem o grupo ora considerado apresentaram, também, redução do contingente de pessoas ocupadas na agricultura, face às novas características do processo produtivo substanciadas na redução de absorção de mão-de-obra. De fato, no período 1970-80, as microrregiões submetidas a modernização intensa responderam por 30,9% do decréscimo regional do número de pessoas ocupadas em atividades agrárias, porporção essa que, quando acrescida

³⁴ Esta informação se baseia nos dados da PAM/IBGE de 1980.

àquela correspondente à das áreas que passaram por um processo de modernização muito intenso, deixa claro ter sido a redução do emprego no campo associada à utilização de meios modernos de produção.

O processo de modernização no segmento espacial em análise fez-se acompanhar pela expansão da área dos estabelecimentos, como ocorreu nas microrregiões onde a modernização da agricultura se deu de forma muito intensa. Contudo, a magnitude da incorporação de espaços foi menos acentuada, uma vez que a maioria das microrregiões com intensa modernização corresponde a áreas que já apresentavam, no início da década, um grau elevado de ocupação do território com estabelecimentos rurais.

No conjunto de microrregiões caracterizado pela modernização intensa processou-se, ainda, no decorrer da década de 70, um crescimento expressivo do rebanho bovino em termos regionais, uma vez que esse conjunto concentrou 44,9% do crescimento do efetivo de bovinos do Sul do País, tendo as microrregiões do Estado do Paraná sido responsáveis pela posição significativa do segmento espacial de intensa modernização no contexto do crescimento absoluto do rebanho bovino.

As microrregiões caracterizadas pela modernização intensa apresentavam, no final da década de 70, uma diferenciação acentuada quanto ao grau de ocupação, uma vez que somente as unidades paranaenses, à exceção da Microrregião Campos de Guarapuava, mostravam percentual elevado da área dos estabelecimentos na área total das microrregiões. Essa Microrregião, assim como as dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, pelos seus mais baixos graus de ocupação, em termos regionais, deixavam ainda indicada a possibilidade de crescimento da agricultura através da expansão da área dos estabelecimentos. Por outro lado, por serem pouco freqüentes, nesse segmento espacial, microrregiões com índices elevados de mecanização é de supor que ainda seja viável a intensificação do emprego de itens modernos no processo produtivo.

Sem apresentar a relevância da modernização no contexto da reorganização do espaço agrário regional, a expansão espacial foi, contudo, a forma exclusiva de crescimento em 13 microrregiões do Sul do País (Anexo 1), onde os pequenos estabelecimentos apresentam as mais baixas participações em termos regionais. No Estado do Paraná, onde estão essencialmente concentradas essas microrregiões (Mapa 11), tal forma de crescimento processou-se nas porções leste e central do Estado e nos campos de Palmas onde, no início da década de 80, prevaleciam, ainda, baixos graus de ocupação territorial. A área central do Estado — Microrregiões Pitanga e Alto Ivaí — vem, mesmo, se constituindo em um espaço de reprodução da pequena produção excedente das áreas agrícolas modernizadas do oeste do Estado. Nela e nas Microrregiões com áreas de campo — Campos de Jaguariaíva e Campos de Lapa e no Município de Palmas — foi significativa a expansão, na década de 70, da lavoura temporária, assim como o crescimento do rebanho bovino, quer pela sua inserção, embora de forma menos ampla do que a das áreas modernizadas, no modelo de crescimento agrícola regional, quer pela ativação de sua ocupação, como reflexo da modernização do processo produtivo em áreas vizinhas. Por outro lado, em algumas das microrregiões do leste paranaense, a expansão espacial da agricultura esteve, na década de 70, muito associada à ocupação do espaço agrário como forma alternativa de

investimento, na medida que a melhoria crescente das condições de acessibilidade e os incentivos oficiais à agricultura, conduzindo a um acentuado processo de valorização das terras, deram lugar a uma perspectiva de alargamento do espaço agrário circunscrita não mais apenas aos produtores com tradição agrícola.

A expansão espacial como forma dominante de crescimento da agricultura caracterizou, ainda, duas Microrregiões do Rio Grande do Sul — Litoral Oriental da Lagoa dos Patos (318) e Lagoa Mirim (319) — ambas com crescimento expressivo do rebanho bovino³⁵ na década de 70 e a segunda com expansão da área em lavouras temporárias, entre as quais a do arroz, produto tradicionalmente importante nessa área do Estado.

A exceção dessas microrregiões gaúchas, que se apresentavam, em 1980, com índices elevados de uso de maquinaria agrícola, as demais unidades caracterizadas pela expansão horizontal da agricultura mostravam, nesse ano, a nível regional, índices baixos de difusão da mecanização. Dessa forma, supõe-se que, na evolução subsequente da agricultura nessas áreas, ocorra intensificação do uso de meios modernos de produção. Por outro lado, uma vez que grande parte das microrregiões que constitui este segmento espacial ainda dispõe de espaços a serem integrados à área dos estabelecimentos rurais, pode-se admitir que a expansão horizontal ainda se venha a manter como um traço individualizador do crescimento agrícola dessas áreas, restando como elemento contingenciador, em espaços restritos, as condições topográficas e pedológicas desfavoráveis à atividade agropecuária, tal como esta vem evoluindo nos anos recentes.

Finalmente, com base nos critérios selecionados para avaliar a evolução da agricultura nos anos 70, distingue-se um segmento espacial caracterizado pela ausência de crescimento significativo. Trata-se de um conjunto de 19 microrregiões (Anexo 1) situadas, em sua maioria, no centro-leste de Santa Catarina e no nordeste do Rio Grande do Sul, com características físicas diferenciadas e que apresentaram como traço comum um crescimento da atividade agrária em ritmo inferior àquele registrado nas áreas anteriormente descritas (Mapa 11).

A expansão relativamente fraca das lavouras temporárias individualiza essas microrregiões no quadro da agricultura regional marcado, na década de 70, pela ampliação da área dessas lavouras. O cultivo da soja, que comandou essa ampliação, aparece com alguma importância somente nas Microrregiões gaúchas, à exceção da Porto Alegre e Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul concentrando apenas 5,3% da produção de soja no Sul do País, em 1980³⁶. Também não foi significativo, nesse segmento espacial, o crescimento do rebanho bovino que se restringiu às áreas de campo — Campos de Lajes, Campos de Curitiba e Campos de Vacaria — que responderam por 6,1% do aumento regional do efetivo de bovinos na década de 70.

35 O conjunto das 13 microrregiões que tiveram a expansão da área dos estabelecimentos como traço marcante da evolução da agricultura, respondeu por 13,1% do crescimento do efetivo de bovinos na década de 70.

36 Pode-se supor que as microrregiões paraenses incluídas nesta categoria espacial, assim como os Campos de Curitiba, em Santa Catarina, venham a se incluir entre as áreas de relevância de produção de soja, uma vez que, no segundo quinquênio da década de 70, elas figuraram entre aquelas de variação expressiva de produção dessa leguminosa.

A evolução da agricultura nesse segmento espacial, na década de 70, dependeu de muitos fatores, entre os quais se coloca aquele ligado às circunstâncias preexistentes ao grande surto de difusão da soja no decorrer dos anos 70. Assim, no caso de microrregiões de superfície reduzida, com grau de ocupação já elevado no início da década e com difusão expressiva da mecanização, como é o caso da Microrregião gaúcha Colonial do Alto Jacuí (329), o crescimento da agricultura, na década de 70, teria necessariamente de se colocar em níveis mais baixos do que o de outras com mais elevado potencial de crescimento. Por outro lado, microrregiões com condições topográficas e pedológicas pouco adequadas à mecanização, como a de Lajes, mantiveram os traços fundamentais da organização produtiva anterior, no caso, centrada na pecuária de corte, e desenvolveram, mais recentemente, linhas de produção que, já no final da década de 70, se apresentavam com perspectivas de crescimento, como a da fruticultura de clima temperado.

A tendência posterior de crescimento da agricultura nesse conjunto de microrregiões que se apresentava, de modo geral, como o mais fracamente ocupado ao final da década de 70 deve ser a da expansão da superfície dos estabelecimentos, excluídas apenas as áreas onde as condições físicas ou de acessibilidade não sejam favoráveis ao uso produtivo.

Por outro lado, pode-se admitir que seja intensificada a utilização de meios modernos de produção nas microrregiões em questão pois, a despeito de, em algumas delas, a agricultura ter sido atingida pela mudança técnica que marcou mais acentuadamente a década de 70, dominam fracos índices de difusão de máquinas e é baixo o estoque de tratores, relativamente às demais áreas da Região Sul — tanto nas de campo, com maior expressão espacial dos grandes estabelecimentos, quanto nas áreas coloniais de predomínio numérico dos pequenos estabelecimentos.

O modelo de crescimento da agricultura regional, reflexo do modelo mais amplo de evolução da agricultura do País, ao se centrar na modernização acelerada e subsidiada do processo produtivo, na ênfase aos cultivos de exportação e na intensificação da ocupação do território gerou problemas de tal ordem, a ponto de, na década atual, grande parte das ações das instituições ligadas à agricultura regional estar voltada para a preocupação de superar impasses criados pelos rumos da agricultura na década de 70.

A difusão dos meios modernos de produção, ao excluir uma parcela considerável de produtores da estrutura de produção implantada nos anos 70 e ao reduzir a capacidade de absorção de mão-de-obra no processo de trabalho, acentuou, por um lado, os desníveis sócio-econômicos existentes entre os produtores e limitou, por outro lado, as possibilidades de emprego no campo. Com isto, formou-se um excedente de mão-de-obra que se dirigiu para as áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte, face às reduções crescentes da garantia de sobrevivência nos limites regionais. Com efeito, no contexto da evolução da agricultura da Região Sul, na década de 70, os espaços ainda disponíveis foram ocupados no processo de expansão espacial dos cultivos de alto valor comercial. Reduziram-se, assim, as possibilidades de acesso à terra por parte de pequenos produtores nessa região, na qual algumas áreas haviam, até então, funcionado como absorvedoras de excedentes demográficos de áreas de pequena produção situadas no próprio espaço

regional. Ao final da década de 70, as áreas com baixas taxas de ocupação haviam, também, sido submetidas a intensa valorização da terra, tornando-se inacessíveis para um grande segmento de produtores deslocados pelo novo sistema produtivo.

Assim, se a difusão intensa da lavoura modernizada da soja, um dos traços marcantes da evolução da agricultura regional, não se mostrou incompatível com a pequena produção caracteristicamente familiar do Sul do País, ela não se fez sem comprometer seriamente um segmento considerável de pequenos produtores. No início do processo de implantação da lavoura em moldes modernos, os produtores sem terra ou aqueles com acesso a propriedade de dimensão muito pequena, viram-se excluídos da nova estrutura produtiva e impossibilitados de reproduzir suas condições de existência no espaço agrário regional. Dos que se integraram na organização de produção comandada pela soja, um segmento se capitalizou, na medida em que alcançou a reprodução ampliada de seus meios de produção, enquanto outro segmento apenas consegue assegurar a manutenção da unidade familiar de produção. Os produtores que não se puderam manter inseridos no sistema produtivo vinculado à soja, buscaram em lavouras de alto valor comercial ou na criação de aves ou suínos em sistema de integração à indústria, opções de permanência na Região, enquanto produtores diretos.

Contudo, com relação aos inseridos na organização produtiva implantada nos anos 70, os altos custos envolvidos na produção da soja, a elevação das taxas de juros bancários, as condições nem sempre favoráveis de preço da produção agrícola, juntamente com a degradação das condições de solo face à intensa mecanização, têm conduzido a frequentes avaliações do modelo vigente e à busca de soluções que visem a redução dos custos de produção via retração do uso de insumos industriais e à utilização mais racional da maquinaria pesada. Vale chamar a atenção para o fato de que o sistema atual, ao conjugar interesses nacionais e transnacionais, torna difícil a sua reorganização sem comprometimento dos diversificados e conflitantes interesses em jogo. Ainda que possa ser encaminhada uma reformulação da organização produtiva atual é pouco provável que seus efeitos perversos associados à sua natureza excludente — que limitou a reprodução da pequena produção, ao restringir as possibilidades de acesso a novos espaços regionais e que reduziu as possibilidades de emprego no campo com a retração da capacidade de absorção de mão-de-obra — possam ser substancialmente atenuados, no sentido de deter o agravamento da crise estrutural que envolveu a pequena produção do Sul do País na década de 70.

4 — ANEXO

Anexo 1

CATEGORIZAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS, SEGUNDO AS FORMAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA NO PERÍODO 1970-80

Microrregiões Homogêneas caracterizadas por modernização muito intensa.

PARANÁ

- 281 — Norte Novo de Londrina
- 286 — Campo Mourão
- 288 — Extremo Oeste Paranaense
- 289 — Sudoeste Paranaense

SANTA CATARINA

- 296 — Colonial do Alto Itajaí
- 306 — Colonial do Oeste Catarinense

RIO GRANDE DO SUL

- 311 — Vinicultora de Caxias do Sul
- 317 — Lagoa dos Patos
- 321 — Campanha
- 322 — Triticulora de Cruz Alta
- 323 — Colonial das Missões
- 324 — Colonial de Santa Rosa
- 325 — Colonial do Iraí
- 326 — Colonial de Erechim
- 327 — Colonial de Ijuí
- 328 — Passo Fundo

Microrregiões Homogêneas caracterizadas por modernização intensa.

PARANÁ

- 273 — Campos de Ponta Grossa
- 282 — Norte Novo de Maringá
- 283 — Norte Novíssimo de Paranavaí
- 284 — Norte Novo de Apucarana
- 285 — Norte Novíssimo de Umuarama
- 290 — Campos de Guarapuava

SANTA CATARINA

- 292 — Colonial de Joinville
- 294 — Colonial de Blumenau
- 305 — Colonial do Rio do Peixe
- 307 — Planalto de Canoinhas

RIO GRANDE DO SUL

- 309 — Colonial da Encosta da Serra Geral
- 314 — Fumicultora de Santa Cruz do Sul
- 315 — Vale do Jacuí
- 316 — Santa Maria
- 320 — Alto Camaquã

Microrregiões Homogêneas caracterizadas exclusivamente por expansão especial.

PARANÁ

- 268 — Curitiba
- 269 — Litoral Paranaense

- 270 — Alto Ribeira
- 271 — Alto Rio Negro Paranaense
- 272 — Campos de Lapa
- 274 — Campos de Jaguariaíva
- 277 — Alto Ivaí
- 278 — Norte Velho de Venceslau Bráz
- 280 — Algodoeira de Assaí
- 287 — Pitanga
- 291 — Médio Iguaçu

RIO GRANDE DO SUL

- 318 — Litoral Oriental da Lagoa dos Patos
- 319 — Lagoa Mirim

Microrregiões Homogêneas caracterizadas por ausência de crescimento significativo.

PARANÁ

- 275 — São Mateus do Sul
- 276 — Colonial do Irati

SANTA CATARINA

- 293 — Litoral de Itajaí
- 295 — Colonial do Itajaí do Norte
- 297 — Florianópolis
- 298 — Colonial Serrana Catarinense
- 299 — Litoral de Laguna
- 300 — Carbonífera
- 301 — Litoral Sul Catarinense
- 302 — Colonial do Sul Catarinense
- 303 — Campos de Lajes
- 304 — Campos de Curitibanos

RIO GRANDE DO SUL

- 308 — Porto Alegre
- 310 — Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul
- 312 — Colonial do Alto Taquari
- 313 — Colonial do Baixo Taquari
- 329 — Colonial do Alto Jacuí
- 330 — Soledade
- 331 — Campos de Vacaria

RESUMO

A grande expansão, ao longo da década de 70, da lavoura comercial da soja com estímulos oficiais à produção para exportação, inseridos num contexto mais amplo do processo de acumulação do capital, influenciou decisivamente nas transformações da agricultura da Região Sul, que até o final dos anos 60 se caracterizava como produtora de alimentos para o mercado interno.

O processo de expansão da lavoura temporária, associado, sobretudo, ao incentivo à cultura da soja, ocorreu num contexto produtivo marcado pela difusão acelerada da mecanização, elemento importante da agricultura moderna que marcou a década de 70. Concomitantemente às alterações ocorridas no nível técnico-produtivo da agricultura registraram-se mudanças na estrutura fundiária, uma vez que um processo de concentração de terras acompanhou as alterações na escala de produção. Efeitos diretos da modernização da agricultura e da concentração fundiária se fizeram sentir sobre o contingente de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias e sobre as formas de exploração dos estabelecimentos rurais, uma vez que houve redução da capacidade de absorção da mão-de-obra na agricultura, acentuação da condição de exploração direta pelo proprietário e redução das formas de exploração indireta como a parceria e o arrendamento. Com isto, formou-se um excedente de mão-de-obra que se dirigiu para as áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte, em face das reduções crescentes da garantia de sobrevivência nos limites regionais.

Entretanto, se a difusão intensa da lavoura modernizada da soja excluiu da nova estrutura produtiva os pequenos produtores sem terra ou com acesso a propriedade de dimensão muito pequena, que se viram impossibilitados de reproduzir suas condições de existência no espaço agrário regional, houve, nesse espaço, a integração de pequenos produtores da nova organização produtiva comandada pela soja. Um segmento desses pequenos produtores se capitalizou, uma vez que conseguiu a reprodução ampliada de seus meios de produção, enquanto outro segmento consegue apenas garantir a manutenção da unidade familiar de produção. Aqueles produtores diretos que não conseguiram se manter no sistema produtivo associado à soja, tiveram, como opção de permanência na região, a vinculação às lavouras de alto valor comercial ou à criação de suínos e aves em sistema de integração à indústria.

O modelo de crescimento da agricultura da Região Sul, reflexo do modelo de crescimento mais amplo da agricultura nacional, gerou problemas que levam, na década atual, as instituições ligadas à agricultura regional a atuarem no sentido de procurar superar impasses criados pelos rumos da agricultura nos anos 70, em especial procurando deter o agravamento da crise estrutural em que se viu envolvida a pequena produção regional.